

O que pensam os jovens que ocupam as ruas? (BRUNO PEGORARI)

Representantes dos movimentos que tomaram as ruas debateram no Espaço CULT o significado das manifestações



Paulo Henrique de Oliveira, Mayara Vivian, Vitor Quarenta e Dennis Conte em frente ao muro do Espaço Revista CULT

“**POR UMA** vida sem catracas”. Certamente este é um dos mais bem sacados slogans dos últimos tempos, quando quase todas as atividades do mundo capitalista são controladas por aquela máquina cinza e fria, que, acionada por um cartão magnético, libera a passagem. No caso de empresas, ela marca os horários de entrada e saída, controlando o cotidiano dos trabalhadores. No caso dos ônibus, ela só abre se houver crédito no bilhete. E nos últimos anos, com o aumento da tarifa dos transportes, a tungada no bolso do passageiro tem sido cada vez maior.

Este é o slogan do Movimento Passe Livre (MPL), que surgiu em 2003, no meio estudantil. O objetivo era brigar por uma catraca liberada para os estudantes. No entanto, a partir de debates e de protestos contra os aumentos desde o começo deste novo século, o movimento cresceu e ampliou sua pauta: saiu na briga pela “tarifa zero”, não só para estudantes, mas para todo mundo. Por trás das reivindicações da catraca livre está o sonho de construir uma outra realidade, mais justa e mais humana.

Este ano, em junho, o MPL voltou às ruas, pedindo a redução da tarifa de ônibus que, em São Paulo, havia pulado de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Os “atos”, como eles chamam, foram engordando, cada vez mais pessoas saíam para as ruas, em protesto. E os vinte centavos se tornaram o símbolo de uma insatisfação maior com os rumos da via brasileira, espalhando-se pelo país adentro.

Nas ruas, os ativistas – não só do MPL, mas de outros coletivos e também milhares de cidadãos indignados – tiveram de enfrentar a brutalidade da polícia, com bombas de gás, spray de pimenta e balas de borracha. Com a pressão popular, os governantes tiveram de voltar as suas planilhas e baixar a tarifa da condução. Uma pequena vitória, mas longe do sonhado por esses jovens. Para falar sobre esse momento de luta, reunimos algumas dos principais ativistas destes movimentos e coletivos, no dia 5 de julho, no Espaço Revista CULT.

A mediação foi feita pelo estudante de direito da PUC de São Paulo, Bruno Pegorari, escolhido pelos próprios manifestantes. Na roda de debate, estavam presentes Mayara Vivian, do MPL, "o militante autônomo" Dennis Conte, estudante de Letras da USP, Paulo Henrique de Oliveira, também da Letras e do coletivo Rompendo Amarras, e Vitor Quarenta, do Direito da Unesp e do Movimento ParaTodos.

Leia aqui a íntegra do debate, que durou mais de três horas e revelou os sonhos desses jovens estudantes: a preocupação com um futuro mais justo para o país das desigualdades infinitas. A luta não terminou. E, como disse Mayara, "o bicho ainda vai pegar".

Bruno Pegorari – Temos estabelecido formalmente no Brasil desde 1988 um Estado democrático de direito pelo qual muito de lutou. Depois de mais de uma década de relativa calmaria, no sentido de não termos tido grandes movimentações das massas, o povo volta a ocupar as ruas, principalmente os jovens. O início se deu pela contestação do aumento da tarifa, organizado pelo MPL. Depois vieram outras pautas. O que está acontecendo? Há uma manifestação com relação a questões pontuais ou há uma revolta contra o sistema em geral? O que quer o jovem que ocupa as ruas hoje? O que vocês querem?

Dennis Conti – Apenas para esclarecer: fui apresentado como representante do movimento anarquista, porém, sou militante autônomo, não faço parte de nenhuma organização. Estou com a camisa das Mães de Maio, mas não sou representante do movimento. Meu único vínculo com as Mães de Maio é um sentimento de admiração e solidariedade. As Mães de Maio não são apenas uma nova cara do feminismo – são mulheres que lutam, querendo ou não, contra o Estado. Desde o massacre do Vidigal, da Candelária, e do Carandiru. Tudo isso gerou o início da "era das chacinhas", da "democracia das chacinhas". Em maio de 2006, ocorreram crimes de maio, onde mais de 500 pessoas foram mortas pela polícia em resposta ao que a mídia divulgou como ataque do PCC, mas a mídia não divulgou esses crimes de maio: em oito dias morreram mais gente do que os 20 anos de ditadura. A maioria, coincidentemente, negros, pobres e de periferia. Isso mostra que a ditadura não acabou, mas se transformou nessa tal democracia das chacinhas, sempre com um público alvo muito definido. Isso ficou muito latente na divulgação da mídia nos dias das manifestações, entrevistando e privilegiando as pessoas de classe média presentes na Paulista, e negligenciando, por exemplo, os mortos na Vila Maria, quando teve protesto lá. A mídia não fez a mesma cobertura desse ato, por exemplo, mas armou toda uma repercussão da repórter que levou uma bala no olho. Falando sobre as manifestações, acho que o que ficou claro é que a desmilitarização da polícia é uma questão que atende não só a todas as esquerdas – pretas e vermelhas – mas atende a interesses até da própria polícia. Há militares defendendo isso. E de repente a gente começa a perceber que esse não é um assunto tão tabu assim, mas é muito difícil de ser tratado, principalmente com a perspectiva da Copa do Mundo, porque isso atinge todas as questões da Copa e vai ser determinante para o futuro.

Mayara Vivian – Falando sobre a manifestação, sou suspeita para falar que é por causa do transporte. Sou do Movimento Passe Livre, mas o movimento surge muito de baixo. Surgimos de uma demanda orgânica, e a nossa forma de organização também é uma demanda orgânica. Não é que nós sentamos e fizemos uma reunião de quinze horas e decidimos que ia ser assim ou assado, que iríamos lutar pelos direito à cidade. Os vinte centavos, assim como outros aumentos de tarifa, são a ponta do iceberg. Os vinte centavos são a ponta do iceberg e tem três reais embaixo dele que é suportado por uma lógica capitalista do transporte que é o "x". Apesar de falarmos "são, sim, 20 centavos", tem por trás disso todo um discurso de afirmar categoricamente que a gente luta pela inversão da lógica capitalista no sistema de transporte e, consequentemente, a gente pauta isso para outras esferas, como a da moradia e a da saúde. Essa é uma insatisfação geral e a questão do transporte foi justamente a de entender que o problema da circulação era um problema que crescia cada vez mais. O segundo maior gasto da família brasileira é com transporte. Primeiro, vem moradia, e depois o transporte. Nas cidades cada vez maiores, se você não tem transporte você não tem nada. Se você não consegue chegar à escola, você não estuda; se você não consegue chegar ao posto você deixa de pegar um medicamento, de ir a uma consulta. Você deixa de fazer várias coisas, você deixa de ver sua família. O próprio exercício da vida passa pela circulação e essa circulação tem um catraca feia e cinzenta no meio que vai rodando e tirando o seu dinheiro e pondo no bolso de quem não... Na minha perspectiva, teve sim uma ampliação de pautas. As pessoas viram uma cultura de mobilização popular e ação direta ser construída e que não estava tão clara, perceberam essa forma de fazer política e se apropriaram dela. O que é perfeito. O objetivo do movimento Passe Livre sempre foi que as coisas saíssem do nosso controle. Não queremos ter controle de nada. Se tivermos controle vamos errar, então, é melhor não ter controle. Acho, inclusive, que o povo é esperto o suficiente para ter controle de si mesmo. Mas isso tudo desponha, sim, do transporte, desses 20 centavos que, na verdade, são o aumento da explosão que já está posta pela tarifa, e as pessoas precisam de mobilidade.

Paulo Henrique de Oliveira – Acho muito importante que a esquerda consiga ter momentos de debate e reflexão, depois de um ato na Avenida 23 de Maio, depois de um ato na ponte Estaiada, para poder discutir com as mais diferentes vertentes políticas e ideológicas. Aqui ao meu lado tem amigos meus de movimento, com pensamentos diferentes, e acho bom que possamos debater e consigamos mostrar e discutir de fato o que cada um de nós concorda ou discorda com relação ao processo. Dito isso e avançando mais com relação à questão política da pergunta que foi colocada, vou na linha do que a Mayara falou. O que nós estamos discutindo aqui é uma realidade excludente para a maioria das pessoas que vive na cidade de São Paulo e para a maioria das pessoas que vive em quaisquer cidades do Brasil. Eu lembro que quando nós começamos

a fazer os atos, a primeira coisa que a imprensa disse em relação a gente foi falar que quando fechávamos as ruas estávamos impedindo que as pessoas tivessem acesso à circulação, impedindo que as pessoas pudessem ir para as suas casas, voltar dos seus trabalhos etc. Tem várias coisas colocadas de fundo nessa afirmação da imprensa. Primeiro, está colocada uma realidade, a de que quando se fecha uma via, São Paulo para, coisa que falamos várias vezes em várias entrevistas. Se fazemos manifestação na 23 de maio e São Paulo para há aí um problema. Está colocado o primeiro problema que chama para o segundo: o que exclui e o que não permite que as pessoas não andem pela cidade não somos nós fazendo manifestações aqui ou ali, porque isso é democracia. O que exclui é uma tarifa que não permite que pessoas, que deveriam ter o direito de circular livremente, circulem. Porque estamos falando de um direito que vai além do lazer. A pessoa conseguir chegar ao seu trabalho é parte de um sistema produtivo. A pessoa conseguir se locomover pela cidade é parte deste sistema produtivo. Nesse sentido é um absurdo a grande imprensa ter dito que nós somos vândalos, violentos e baderneiros, sendo que dezenas de milhares de mulheres pegam um ônibus superlotado em São Paulo e sofrem violência sexual todos os dias. Sendo que todos os dias, políticos das mais diferentes correntes ideológicas que, no fundo, são as mesmas correntes ideológicas, que é a do capital, do banqueiro, da máfia do transporte, continuam roubando e continuam dizendo para nós, como a Mayara colocou, “vamos construir trem e metrô”. Seria muita arrogância da nossa parte querer dizer o que pensa o jovem que está na rua. Acho que podemos dizer o que pensamos e tentar discutir a partir disso. O jovem que está na rua pensa muita coisa. E esse confronto de consciência é difícil, às vezes, pra gente. Se a gente quisesse que as coisas ficassem sempre no nosso controle, a gente conseguiria sempre coisas pequenas. Porque nós somos pequenos. Nós não somos grandes, nós não temos o poder que tem o governo, que tem a polícia, que tem o Estado, o capital. Temos o poder de colocar pessoas nas ruas e, mais do que isso, *tentar* colocar pessoas nas ruas. As consciências que dialogam nesses eventos, os diferentes tipos de olhar para a realidade, para chegar ao fim da pergunta, mostram que hoje existe um problema com o sistema. O transporte é a realidade mais objetiva. As pessoas passam quatro horas por dia sentadas no transporte pensando “que droga que eu estou fazendo aqui”. Pensam por que a saúde não é um direito, por que a educação não é um direito, por que eu sou excluído socialmente há décadas, por que uns são Eike Batistas e outros são pobres da favela. Essa é a questão de fundo que está colocada e que leva para um questionamento direto: o que é essa democracia e se ela é uma democracia de fato.

Vitor Quarenta – Um dos pontos cruciais que essas manifestações trouxeram à tona é a necessidade de se voltar a debater politicamente de uma forma pública e aberta, porque os partidos de esquerda – grandes e pequenos, e não apenas os de esquerda – vinham fazendo debates políticos e nunca deixaram de fazer, mas com dificuldade de fazê-lo de forma aberta, como estamos tentando fazer. De fato, o debate das ruas – estamos falando das pessoas que se manifestaram nos últimos períodos –, é um debate que vem acontecendo não há três semanas, ou há um mês. O MPL não está na rua há um mês, está há anos; a esquerda não está nas ruas há um mês; os trabalhadores não estão reivindicando direitos sociais e públicos há um mês. Os eventos são retratados como se não tivessem história. Parece que, de repente, houve um despertar brilhante, a consciência tomou a mente das pessoas e num evento de Facebook apareceram milhões de pessoas. A Marilena Chauí chegou até a falar, de forma interessante, em conceito do “pensamento mágico”, num artigo que ela publicou na revista *Teoria&Debate*. Um dos problemas que temos que saber como lidar é como dar sentido histórico para o que estamos fazendo. Fazer história é um pouco diferente de fazer tempo presente. O historiadores sabem muito bem disso. Fazer tempo presente pode até trazer resultado, mas fazer história é trazer vozes de gerações passadas, é trazer luta e acúmulos. Então, é preciso que os movimentos – e o MPL faz isso muito bem –, os partidos de esquerda, tentam fazer isso, digam que isso tem sentido histórico. E se tem história, tem para onde ir. Não estamos aqui parados. Não estamos apenas na rua. Queremos estar em outros lugares, queremos que as ruas virem outras coisas. Se você tem história, você tem futuro. O que foi posto, que é muito importante, é que conseguimos trazer a pauta do transporte para uma pauta pública do enfrentamento do Estado brasileiro hoje. O debate do transporte está dentro de uma perspectiva que nós não conseguimos efetivar, e não que essa seja minha perspectiva futura, como militante socialista isso não é nem de longe uma perspectiva futura, mas a gente não conseguiu efetivar o estado democrático de direito. Porque o estado democrático de direito compreende essas concepções do que é fundamentalmente, radicalmente e economicamente democrático. Acho que esse é um pouco o debate que as ruas trouxeram para a cena. Trouxe do fundo da cena para frente da cena.

Bruno Pegorari – Percebemos que nas ruas, em determinado momento, surgiu uma voz que gritava em bom e alto som “sem partido”. Essa mesma voz me parece ser a mesma voz que também gritava por mais educação, por mais saúde e por menos corrupção. O que significa isso? Quem é essa voz? No dia 20 de junho, na Avenida Paulista, nós tivemos a agressão de militantes de esquerda e que me parece que foi realizada por essas mesmas pessoas. Qual seria a influência desse grito “sem partido”? Quais são os diferentes apartidarismos que estão surgindo? O que é o apartidarismo? Como vocês lidam com isso em relação ao seu partido? Qual o posicionamento que você têm em relação a isso?



Vitor Quarenta – Acho que temos que tomar cuidado para não irmos nem tanto ao céu, nem tanto a terra. A democracia é o espaço do confronto, mas o confronto não deve deslegitimar os espaços *a priori*, as construções populares desses espaços. Os partidos são conquistas das classes trabalhadoras, são conquistas da sociedade civil, e não só da esquerda, mas da direita também. São conquistas da burguesia organizada, da social-democracia. E são reconhecidos e possibilidades de intervenção de uma forma democrática e aberta, ainda que exista uma perspectiva de crise partidária, de crise ideológica, que podemos resolver de outras formas. Seria uma imprecisão história achar que o movimento é um bloco monolítico, que ele tem uma voz uníssona. Como um grande movimento, essa é também a grandiosidade política dele, ele tem vozes que são dispersas, que são diversas. A gente tem que tomar cuidado para que algumas dessas vozes não entrem em contraste com o sentido do movimento. Os partidos de esquerda, historicamente no Brasil e no mundo, foram os partidos que lutaram por educação, por saúde pública, por transporte público. Essas perspectivas estão formuladas no âmago desses partidos e organizações.

Paulo Henrique de Oliveira – Eu acho que essa pergunta tem que ser dividida em algumas partes diferentes, porque têm coisas diferentes. O Vitor já limpou bem o campo. Primeira coisa que temos que ter clareza: é impossível exigir que consciências de níveis diferentes atuem de forma igual. Vai contra a realidade concreta colocada nas ruas. A expressão “O gigante acordou”, para mim, é uma droga. É impossível exigir que uma geração que não foi às ruas nos últimos 20 anos vá às ruas com o mesmo nível de consciência dos movimentos sociais que estão na rua há vinte anos. Dentro dos atos há uma disputa política e ideológica que é dada tanto por nós, quanto pela imprensa. Eu tive caso de discutir com pessoas durante o ato. Disse a uma menina de 15 anos que gritar “contra os partidos” era um equívoco. Ela perguntou o que

era fascismo. Então, eu respondi: “Está vendo essa bandeira do Brasil, que está nas suas costas? Ali do lado tem a Fiesp. Nessa federação estão os caras mais ricos do Brasil: Paulo Skaf e companhia. A bandeira que está sendo colocada no telão da Fiesp não é a bandeira vermelha, moça. É a bandeira verde e amarela”. Essa menina de quinze anos pegou a agulha que ela tinha dentro da bolsa e apagou o verde e amarelo que tinha na cara. Então, as consciências estão em disputa o tempo inteiro. O primeiro ato que fui na minha vida eu tinha 16 anos de idade, foi o “Fora Sarney”. Fui de com o rosto verde e amarelo, vestido de preto e cantando o hino. E muito feliz. Não me arrependo nem um pouco de ter feito isso, porque ter feito isso me fez entender como funciona o processo social. Cada minuto de uma pessoa na rua é um minuto a menos de uma pessoa vendo novela. E cada minuto de uma pessoa na rua é um minuto de educação e de pedagogia da luta. E um minuto a menos da pedagogia da alienação. Essa é a primeira coisa que temos que colocar. As pessoas que gritam “contra partidos” não são os anarquistas e muito menos são os inimigos, os demônios que temos que destruir. Segunda coisa, sobre essa relação antipartidária: em minha opinião ela é progressiva. Ela surge de uma identificação das pessoas com o regime, que é horrível, e de quem opera o regime, que são os partidos. O primeiro reflexo da pessoa que grita “Fora partidos” é o Haddad apertando a mão do Maluf. Esse é o primeiro reflexo que vem na cabeça dela. É o reflexo do “Espera aí, eu voto num cara que tem uma ideologia x e tem um cara que tem uma ideologia y. Mas o que importa para esses dois caras são os dez minutos de televisão que eles vão ter”. O primeiro reflexo dessas pessoas é contra o pragmatismo absurdo da política brasileira. Esse é o primeiro reflexo, mas como as consciências não são iguais, esse reflexo avança para o segundo momento, que é o momento em que ela questiona também os partidos de esquerda. E é aí que a gente educa as pessoas politicamente na luta de “calma! O PSTU não é igual ao PT, muito menos igual ao PSDB. O PSOL não é igual ao PDT ou o PMDB do Renan Calheiros”. Essa primeira educação está em jogo. Tem um terceiro elemento que eu acho importante colocar. Os atos são disputados não apenas por nós, esquerda organizada de diferentes matizes ideológicos, ou pela burguesia organizada com seus aparatos de imprensa e mídia. Os atos são disputados também por fascistas, por *skinheads*, por neonazistas. O que aconteceu no ato de quinta-feira [20 de junho] foi um grupo de fascistas que agitou as massas para bater nos partidos de esquerda. O cúmulo da bestialidade foi tão grande que um cara começou a mastigar uma bandeira do movimento negro. Essas pessoas não são a massa nas ruas que tem reivindicações contra os partidos e percebe as contradições entre os partidos. São movimentos organizados. Então, para concluir, acho que essas pessoas que estão nas

ruas são pessoas normais. A primeira identificação política que a pessoa tem enquanto coletivo é a sua relação. Agora, nosso papel político como juventude nas ruas organizada de alguma forma é disputar esse movimento e disputar essas pessoas. E não virar e falar: "Ei, roubaram meu ato. Saí daqui. O ato é meu, a bola é minha e eu vou pra casa com a bola que a minha mãe me deu".

Mayara Vivian – Como representante do Passe Livre tenho que deixar muito claro que nós não só não estávamos arrebatando as bandeiras como estávamos fazendo cordão humano para que elas não fossem arrebatadas. Apanhamos todos juntos. O que foi uma puta ironia do destino porque nós sempre fomos aquelas pessoas que falaram "ato do MPL não tem essas bandeiradas, não, porque a gente acha feio, a gente acha tosco." A gente sempre falou isso. Agora, posso discordar de você até o último fio de cabelo, mas garanto até o último segundo o seu direito de falar. Nós somos um movimento anticapitalista de esquerda, então o mínimo que temos que fazer é: se formos ter uma discussão, que seja uma discussão política sobre as bandeiras e vamos entrar em consenso com os camaradas para ver se leva ou se não leva a bandeira. Não vamos tirar na porrada. Se alguns setores mais tradicionais da esquerda não conseguem se mobilizar, a direita nunca conseguiu. Então, os caras veem uma manifestação que está posta e vão lá aparelhar. Não é só partido de esquerda, mas partido de direita também tenta fazer ali esse aparelhamento. Me espantei com o susto de vários companheiros de esquerda ao ver que tinham *skinheads* na rua. Acharam o que? Que a gente ia crescer e só iria ter o Estado contra a gente? Que não iria ter esses fascitoides? Não estamos disputando programa político na rua, estamos tentando fazer política junto com as pessoas. O fato de as pessoas não gostarem nem um pouco de partido é progressista em certo sentido, porque, por exemplo, o caso do PT é exemplar, infelizmente, para o cara que está nas ruas na sua primeira manifestação e para mim, Mayara do MPL também, eu tenho uma consciência de saber, de como eu conheço as pessoas e vejo uma bandeira do PT, eu sei que tem o Haddad, mas eu sei que tem eleição direta dentro do PT. Eu sei, mas porque sou próxima da militância. Agora, para uma pessoa que chega à manifestação e vê a bandeira do PT ela representa a Dilma, que jogou a força nacional em cima do povo em Belo Horizonte. É o Haddad que foi um prepotente, arrogante, se diz de esquerda, mas não baixou a tarifa, nos fez passar por loucos. Aí, inclusive, já botando o dedo na ferida, não sei se está tendo ou se terá PEDE no PT agora e você vão ter que se coçar para ver o que faz com esse partido porque, vamos lá, já que vocês estão aí nessa disposição de vir com a mão para gente, não adianta chegar o bloco do Rui Falcão, que teve um surto psicótico, que quis fazer tudo o que nós tínhamos deliberado na esquerda inteira de não fazer, que era tencionar com 40 bandeiras de partido e fazer uma onda vermelha. Ele segregou o bloco do PT do ato. A esquerda tem se segregado. Agora vamos pensar se vamos ficar nos lamentando "ai meu deus, uma menininha com a bandeira do Brasil puxou a minha bandeira pra baixo", ou se a gente vai falar "tem cinco escolas no meu bairro, o que iremos fazer? Vamos esperar que deus toque no coração de todo mundo e entenda que a esquerda é importante, que partido revolucionário é diferente?". Não. É mais fácil você ir lá, divulgar... Foi assim que o MPL cresceu. Ele não veio do nada. É acordar cedo e dormir tarde, indo para a escola e para as favelas, um monte de coisa. O fato desses atos terem sido muito grandes e contagiados tem a ver com a forma política que nós tomamos. Porque a forma não está desassociada do conteúdo. Foi, sim, porque a gente não levava bandeira de partido e mesmo os atos do MPL que tinham bandeira de partido já tinha uma conversa muito bem feita que sabe que a gente não tolera aquele festival de seis bandeiras por pessoa, então é sim porque construiu uma nova cara, porque as pessoas se sentiam à vontade para estar naquele espaço, porque não tinha um carro de som vomitando um monte de abobrinha na orelha delas. É sim por causa dessa nova forma política. Então, ou a esquerda, depois de anos de prepotência política tratando a gente que nem moleque, dá um *start* e começa a discutir unidade, trabalho de base, ou então continua apanhando na rua. Vamos continuar defendendo vocês, mas que tem que repensar, tem que repensar.

Bruno Pegorari – As redes sociais ganharam uma função de principal ferramenta de organização das manifestações. Ela, inclusive, substituiu métodos tradicionais como a planfletagem, e até mesmo as assembleias. Com isso, também, houve um inchaço dos protestos e uma maior heterogeneidade dos grupos envolvidos. Nesse sentido, as redes sociais também colaboraram com a ausência da figura do líder desse processo. A questão que eu trago é: há lideranças nesses movimentos? Quem é Michael Freitas, o jovem apontado pela revista *Veja* como a voz que emergiu das ruas? E queria que vocês problematizassem a questão da falta de liderança, se isso é um problema para o movimento ou para a esquerda.

Mayara Vivian – Evidentemente que eu não vou achar que a falta de liderança é um problema, porque eu venho de um movimento horizontal. Acho que o problema é ter líder. Às vezes eu observo os companheiros que têm estruturas com dirigentes e fico passada: "Como o cara consegue militar com dirigente?". Fico tentando entender. Super respeito, acho que essa discussão tem que ser feita, não acho que estou certa para sempre. Mas o pessoal, desde as manifestações no Egito, tem fetichizado muito o Facebook. Facebook é uma ferramenta. Ele ajuda a organizar uma manifestação, mas também ajuda a organizar o pessoal do seu trabalho para fazer piadinha do chefe, ou a organizar uma pizza. É como o celular. O celular ajuda. Fazer uma manifestação com o celular ajuda pra caramba. Estávamos conversando com uns companheiros que faziam greve, passeata no ABC nos anos 1980, tinha todo um esquema de "em tal hora você tem que estar perto do orelhão, põe a fixa etc.". Então a gente se vira com o que tem. O Facebook ajuda, mas minha conta está no negativo até agora por causa de panfleto, cartaz. Porque a gente também usa essas coisas. Nas escolas é importante ter cartaz. Nesse sentido tanto faz o Facebook ou o cartaz, porque o importante é ter o nome do movimento, não o nome de uma pessoa,

assim você anula a questão da liderança. Inclusive, a nossa aposta, e a de vários outros grupos autônomos que se mobilizam, é justamente de tornar muito mais atraente e concreto a ideia de não liderança do que qualquer outra liderança. O que faz ter 300 mil pessoas confirmadas no Facebook não é o Facebook em si, mas o as pessoas, a disposição política delas e o momento que se constrói. É uma questão de conscientização social: falar, falar e falar com várias pessoas e fazer varias coisas. Esse empoderamento transgride toda tentativa midiática de golpe. As pessoas tendem muito a terceirizar a discussão política para a *Veja*, por isso que o senso comum é uma bosta. Quando aquilo ali faz parte delas e elas fazem parte daquilo, não tem mídia que destrói. Tanto que a mudança de pauta da mídia tem muito com aquilo deles terem caído do cavalo, aquela situação emblemática do Datena: "Você apoia a manifestação com baderna? Apoio". Ele vai fazer o quê? Ou a imprensa assumia uma perda de legitimidade que eles não estavam dispostos a comprar ou tinham que se virar com o que estava ali na rua. Esse Michael, de onde eles tiraram? Eu li um pouquinho no Facebook. O cara é babaca demais, não fala nada com nada. As nossas bases são construídas com o nosso próprio sangue, de quem tomou cacete da polícia, nossas

bases são muito mais fortes do que qualquer outra que eles queiram colocar.



Dennis Conti – Também não acho que a liderança é o que vai determinar a força e a legitimidade do movimento, porque têm muitos movimentos com dirigente e que têm que respeitar a luta. Se a gente pega essa lógica binária de política de controle entre direita e esquerda, uma esquerda desierarquizada e uma direita completamente hierárquica, é importante que surja uma terceira força autônoma como, por exemplo, a do MPL. A força dessa insurgência que surgiu das ruas e que foi espontânea. Essa espontaneidade também foi permitida pela forma desierarquizada dos atos.

Paulo Henrique de Oliveira – Objetivamente, a discussão de liderança e não liderança em movimentos sociais é uma discussão que data do leninismo. É uma discussão muito ampla e nós não vamos chegar a uma conclusão aqui entre movimentos com líderes ou movimentos sem líderes. Desde 2008, abriu-se uma nova etapa histórica para mudar o mundo. Faz cinco anos que a gente vê estourar revoluções que não estouraram em quinze anos. Esse processo tem os mais diferentes níveis de movimento, as mais diferentes formas de organização, mas muitos têm uma forma em comum, que é não ter líder. Não tem um líder no Egito, não tem o Michael Freitas na Grécia, não tem o Michael Freitas na Tunísia, no Occupy Wall Street, na Espanha ou em Portugal. A *Veja* escolheu mal. Não tiveram a cara de pau de abrir o Facebook do cara para ver que ele tinha uma foto vestido de PM, fazendo encenação do Linha Direta. A *Veja* não teve essa paciência. Agora, a discussão do processo de liderança é até engraçado você avançar para discussões até mais filosóficas sobre o que é o processo. Tem uma geração toda que coloca uma bandeira do Brasil nas costas e se identifica como símbolo coletivo e que ao mesmo tempo tem uma necessidade de ir para casa fazer o seu cartaz. Que é a sua idiossincrasia do que ele mesmo

pensa. Uma imaginação que se individualiza dentro do coletivo. Tem essa necessidade gigante, do próprio cartaz, do que pensa etc., ou uma geração que ironicamente se esconde atrás de máscaras, que se identificam como anônimos porque são máscaras produzidas pelo capital. O único anônimo daquela máscara é a criança boliviana que a faz. As desigualdades construídas por trás do processo são muitas. Essa questão de liderança, se tem um liderança, é um tanto quanto incerta. Está acontecendo, o processo avança. E tenhamos a humildade de indicar que o processo em questão está acontecendo. Não sou eu que vou lá subir num carro de som e dizer "galera que eu mando: pra esquerda". Prepotente, arrogante, totalmente deslocalizado com o que esta acontecendo no mundo. Uma segunda discussão é sobre a questão das redes sociais. Tem um artigo excelente que chama "A revolução não será twittada". Estava lendo ontem o texto da Marilena Chaui sobre o pensamento mágico, em que ela fala, que é interessantíssimo, como as pessoas se organizam por meio das redes sociais. Mas as redes sociais não é uma forma de chegar ao elemento. Ela não é o fim, é uma ferramenta como a Mayara colocou. Teve uma intervenção do Paulo Arantes num debate que o MPL fez, que ele discute exatamente esse ponto. Ele diz o seguinte: "o movimento social nos EUA que mais se movimentou no século 20 é o movimento pelos direitos civis dos negros". Ele cita um exemplo que vem do "A revolução não será twittada", que é como quatro jovens negros sentaram em uma lanchonete que era só para brancos e pediram um café. A lanchonete não entregou o café, obviamente, eles foram ameaçados de linchamento e muitas pessoas começaram a se organizar em torno deles. Pessoas que viam da igreja, de associações de bairros, de escolas, universidades e fizeram um ato. Ninguém precisou de Facebook, ninguém usou o

Whatsapp, ninguém twittou o que estava acontecendo. O que acontece politicamente é: as pessoas sentem ligações umas pelas outras que criam a necessidade nelas de estarem nas ruas. Eu tenho um amigo que mora do Rio de Janeiro e eu não o vejo há cinco anos. Ele sabe que milito. Durante os atos ele mandava mensagem para mim falando onde a tropa de choque estava. “Bahia, está subindo a Augusta. Bahia, está na Bela Cintra”. Você entende como a relação política não é o celular, mas sim a relação pessoal que o meu amigo construiu comigo e que faz com que ele se identifique comigo na rua como um par dele? Esse é o centro político de uma geração que se coloca na rua com ou sem direção, com o sem vandalismo, ou blábláblá de “o gigante acordou”. O ponto é: ele é menos um gigante do que uma massa horizontal. O Facebook não é o fim e a revolução não será twittada. A revolução é na rua. E se nós identificamos para a gente um símbolo tão opressor que é uma catraca, que é um negócio animalesco aquilo existir no meio do caminho, não vai ser o evento no Facebook, a minha imagem de capa, a minha foto com os meus amigos em Rio Claro ou qualquer coisa do gênero nas redes sociais que farão as pessoas irem para as ruas. Elas vão para as ruas porque elas sentem que elas precisam ir para as ruas. E está na hora de fazer isso. Acho que o Facebook é uma ferramenta, nada além disso.



O povo saiu às ruas não só no Brasil, mas também na Turquia, no Egito, Espanha, tivemos os movimentos Occupy e etc. Vocês vêm alguma relação entre esses protestos e as manifestações brasileiras? E uma última questão, como vocês imaginam daqui pra frente, em relação à abertura da perspectiva da militância de vocês. Vocês acham que está havendo uma maior conscientização política da juventude, mesmo de pessoas que antes não ligavam para política e agora passam a olhar a política com novos olhos. Como vocês vêm o papel de vocês nesse contexto?

Dennis Conti – Isso teve muito a ver, claro, com todas as primaveras que foram rolando, a ver também com a primavera indígena, já que eles estão militando. Essa história da queda da FUNAI, por exemplo, é uma declaração de guerra contra 215 etnias, 215 povos não civilizados. Tem um documentário da Naomi Klein que se chama *A doutrina do choque*, que explica como o neoliberalismo nasceu da doutrina de choque psiquiátrica, individuais. O Freedman, neoliberalista da década de 70, patrocinou o golpe militar do Pinochet, também o golpe militar do Brasil, enfim, a participação do neoliberalismo sempre foi nessa lógica da doutrina do choque, cortar o que tivesse que cortar em termos de bens, enxugar tudo o que o Estado tinha para atender as demandas populares e colocar tudo nas mãos do setor privado. Reduzem tudo à questão de segurança pública. A questão do tráfico, por exemplo, que poderia ser uma questão de saúde, vira uma questão de segurança; as manifestações e os movimentos sociais também. A gente não pode esquecer dessa “doutrina do choque”, acho que isso é fundamental, quem não viu o documentário, veja, quem não leu o livro, leia. Foi a Naomi Klein quem divulgou isso. Mas como disse a Ação Global dos Povos, minha luta é contra a ALCA, não começou em Seattle, não vai acabar em São Paulo. A gente não pode esquecer de que, em Wall Street, quando a manifestação estava ocorrendo, os banqueiros estavam nas

sacadas fumando charuto e dando risada das manifestações. Então, temos inimigos claros, que estão no poder e que dominam mundialmente. A gente não pode esquecer que os Estados Unidos têm os Rockefeller, têm a Lockheed Martin, que é empresa de armamento aeroespacial, os clientes deles são o exército americano, o exército de Israel, a OTAN, tem um avião hipersônico que dá a volta na terra em 2 horas, rastreia satélite. A gente não pode esquecer de todo esse contexto, que eu acho que entra na questão global. Mas não existe apenas a globalização do capital, existe a globalização da luta também. A respeito das perspectivas, a Copa do Mundo, para mim, vai ser uma ditadura camuflada. As perseguições já estão rolando, em porta de casa, não foi só aqui, foi no Sul, em Brasília, em BH, por todo o Brasil. A gente não pode esquecer que a Câmara dos Vereadores aqui tem a Bancada da Bala, foi a Câmara também que nomeou o Blatter, presidente da FIFA, como cidadão paulistano pelas “benesses que está fazendo por São Paulo”. A gente não pode esquecer que o secretário da FIFA elogiou a Rússia, falou que é muito mais fácil fazer uma Copa em países não tão democráticos, como a Rússia. A gente não pode esquecer que o Brasil pode muito bem ser uma Rússia tropical, porque, se lá, a cada 40 minutos morre uma mulher por violência doméstica, aqui é a cada duas horas. Se lá a lei está querendo colocar açoitamento público para homossexuais, aqui temos “cura gay”, mais de 300 homossexuais mortos por dia; tem o Rio de Janeiro, onde 17 mulheres já foram estupradas num dia. A gente não pode esquecer que o Brasil já é uma Rússia tropical. Teve os crimes de maio que, em oito dias, morreu mais gente do que na época da ditadura – isso não é falado, tanto quanto se fala da

ditadura. Essa questão da Copa é fundamental, a pauta unificada da desmilitarização da PM – assim como os 20 centavos eram pela tarifa zero, a gente não pode esquecer que a desmilitarização é um passo importante e muito caro para as periferias, para os movimentos sociais, mas em vista de uma polícia zero, por que não? Já que a ideia é ser mais cidadão, mais cobrador dos seus direitos. E quanto à perspectiva de futuro, sei lá...

Mayara Vivian – Sua fala reflete isso, a gente faz análise, análise, análise de conjuntura e fica sem tempo para ver a perspectiva. Está dando certo até agora, só ir vivendo. Mas também está difícil só ir vivendo. A gente conhece um punk de Israel, ele é dos Anarquistas Contra os Muros. E ele falava que na Palestina só se fala disso, em Israel só se fala disso, e os palestinos também, eles até estão querendo fazer uma demonstração de apoio, com umas bandeiras do Brasil. Achei que é um ponto bom da globalização. A gente tem uma coisa muito em comum com toda essa galera, vivemos no sistema capitalista, a gente vive num mundo onde o dinheiro é mais importante que as vidas. Isso não é pouca coisa, isso é tudo. Na hora em que a gente acorda, se você está sem grana, você não vai tomar um café da manhã, você vai esperar a hora do almoço e vai se virar, vai ver o que você vai fazer, se você vai para o bandeirão, se vai para o Bom Prato, ou se você vai gastar aquela grana que você não podia para pagar um PF. Se não pagou a luz, você vai tomar banho frio no inverno, se lascar. Aluguel, tudo. Não tem grana para pagar o aluguel, aí você é despejado e vai para uma ocupação, toma um cacete e toma outro despejo. Para viver, a gente tem que lidar com isso o tempo todo. Aqui, na Palestina, na Rússia, na Tunísia, em qualquer lugar. Assim como o amigo do Bahia via nele um par político que estava ali na rua, a gente também acha que a gente tem se visto muito, uns com os outros. E as cenas de repressão que a gente vê nos outros países também é parecido com o que a gente vê aqui. Todos os elementos são muitos parecidos. Tem a polícia, tem as prisões, tem mortes, tem gente apanhando muito sempre de maneira covarde, tem a burguesia, tem a imprensa, são todos os mesmos fatores. Tem gente se machucando e voltando para a rua.

O companheiro que foi baleado na manifestação de São Bernardo do Campo, o Lucas, ele tinha tudo para chegar ao hospital e pensar “Vou esquecer essa merda”. Não, ele chegou lá e assim que ele estava melhor, vestiu uma camisa do movimento e tirou uma foto. “Pode dar mais se quiser. Estou bem, sobrevivo”. Acho que esse sentimento é internacional. E a gente tem outra coisa que é muito em comum também, é todo mundo ser humano. A gente faz parte da mesma coisa. A gente começa a ver agora que qualquer outra groselha que enfiaram para a gente goela abaixo, de ser brasileiro ou não ser, não tem nada a ver perto dessa coisa maior, que é lutar por uma coisa decente, por um mundo decente e isso sim faz da gente ser humano – e não a bandeira. Não a gente assistir a novela da Globo, não a gente gostar de futebol e o caramba a quatro. A Copa do Mundo, por sua vez, é um megaevento, de porte internacional. Por coincidência, eu estava assistindo



ao Globo News para ver se eu via alguma coisa do Rio de Janeiro, e estava passando um documentário sobre a África, sobre o Mandela, mas numa parte um intelectual dizia “Ficamos muito felizes com a Copa, mas depois quem ganhou dinheiro foi o capital financeiro, as pessoas continuaram na mesma, continuamos sendo um país pobre, com desigualdade social”. E é isso o que vai acontecer no Brasil. E não é a toa que várias convergências de lutas têm pautado a Copa. No Comitê Popular contra a Copa, tem gente da saúde, da moradia, do passe livre, tudo isso. Então a Copa do Mundo, e é no ano que vem e o pau vai comer, vai ser uma evidência muito grande da internacionalização da luta, porque ela é um evento internacional, é capital internacional, apesar do cara da FIFA dizer que é sem fins lucrativos – sem fins lucrativos para quem, né? Só se for para o peão que construiu o estádio. Então a gente está sentindo esse movimento de ascensão de uma luta mais global, que não começou com Spartacus e não vai terminar com a gente. Sério, acho que é uma linha. E a hora é agora. Se a gente prestar atenção que, desde 2011, que a gente está nesse contínuo de luta em São Paulo, teve Marcha contra o aumento, Marcha da Maconha, luta contra o aumento, vários outros protestos, movimento estudantil bombando. Pode até ter um pequeno descenso, mas aí com a Copa vai tudo explodir de novo. Quanto à perspectiva, pelo menos o MPL vai continuar fazendo o que a gente sempre fez. Atividade em escola, discussão, ir lá na favela, num ato junto do pessoal da favela do Moinho, a gente vai continuar militando, é o que a gente vai fazer. O que vai acontecer depois... o bicho vai pegar.

Vitor Quarenta – Acho que o Bahia falou muito bem, mas, retomando só uma ideia que talvez entre no começo, que ao mesmo tempo em que as lutas podem pautar os antagonismos primários, mas também os secundários, para pautar o último e, em última

instância, a estrutura final que a gente combate, a gente precisa pautar a globalização da luta. O capitalismo não existe de uma forma separada e não existe de uma forma paralela nos espaços, ele existe e coexiste com um sistema global de exploração, inclusive de interexploração entre os países. A divisão internacional do trabalho é reproduzida dentro do país, dentro dos gêneros, dentro das classes, enfim, toda essa reprodução de um sistema explorador, ela existe numa dimensão internacional. Portanto, a superação e a luta e a constituição pedagógica da luta numa esfera nacional, municipal, em termos de temática e de pauta, ela tem que se dar, obviamente, na constituição radical da crítica ao capital numa constituição internacional, então não existe perspectiva de superarmos a principal contradição do capitalismo, que não seja de forma internacional. Então não é um fetiche de querer ver um cara no Egito disputando por algo que eu também gosto; não é um fetiche de ser um monte de gente do mundo inteiro e ser um movimento grande; ou "somos todos Guarani-Kaiowá", não é um fetiche de querer dizer isso. Além de ser uma questão materialmente constitutiva, além de ser algo que está no cotidiano de cada trabalhador, ou seja, de onde vêm os produtos, para onde vão os produtos, quem paga, quem financia, quem são as escolas, os grupos financeiro-educacionais que sustentam as grandes escolas de ensino no Brasil? São grupos internacionais. A Anhanguera, por exemplo, é de um mercado internacional: o cara estuda numa universidade em que o sistema internacional educacional é pensado internacionalmente. Então, além da constituição material da vida das pessoas, existe um empecilho que é conceitual. O sistema é pensado internacionalmente e não tem como vencê-lo, superá-lo, criticá-lo de uma forma radical, que não internacionalmente. O artigo do Zizek é muito bom, porque também não é fácil, vamos ser sinceros que a gente faz avaliações internacionais, mas não é tão simples assim. De fato, se o capitalismo tem um estratagema muito brilhante, é produzir exceções e saídas dentro do sistema para que a gente incorra nas exceções e perca a raiz do problema. Está tendo revolta no país com 20% de desempregados, que é a Espanha, e está tendo uma revolta igual ou maior num país que tem 3% de desempregados e a menor desigualdade social dos últimos 50 anos. Isso só nos leva a crer que são revoltas objetivamente radicais e estruturais, elas têm um fundo e um radicalismo que é a estrutura do sistema internacional. É muito óbvio. Revoltas pontuais não é no inferno do sistema; é no paraíso, onde o sistema estiver vai acontecer revolta. As pessoas estão se revoltando porque o sistema chegou de um modo que as contradições internas e de estrutura demandam organização da população. Agora, é verdade, a gente tem o número a nosso favor. Marx dizia que a classe trabalhadora tem duas coisas ao seu favor, que é suficiente: o número e a organização. Se a gente juntar o número à organização, aí a chapa esquenta. A gente tem pressa, mas a gente não tem perspectiva de parar de lutar, então se durar mais 5, se durar mais 10, mais 100 ou 200 anos, a gente vai estar lutando da mesma forma e há uma coisa que a Mayara colocou, que é o mais importante: no Brasil, isso fica evidente, as organizações dos partidos de esquerda têm que ser repensadas internamente. E não no sentido de abandonar e se auto-organizar, mas se elas quiserem continuar se mantendo, elas precisam ser repensadas. Os partidos de esquerda no Brasil não conseguem fazer a disputa de hegemonia. Eu sou marxista e gramsciano, para um gramsciano, se um partido não consegue fazer a disputa de hegemonia, ele não consegue avançar e nem pensar em colocar a sua pauta ou mobilizar a sua classe trabalhadora. Os partidos de esquerda hoje têm que repensar – claro que é preciso trocar a roda enquanto o caminhão está rodando – mas têm que repensar como dialogar, como disputar a sociedade. Todas as manifestações estão em disputa, esses partidos são importantes para o estabelecimento da democracia brasileira. A esquerda é importante. Então tem que repensar, fazer trabalho de base, algo que sempre sustentou a esquerda internacionalmente.

Bruno Pegorari – Qual é o programa dessa revolução? Qual seria a estruturação após a revolução? É ainda o socialismo ou estamos falando de outra coisa?

Dennis Conti – É uma pergunta difícil, ainda mais para mim, que sou bastante pessimista. Estou de branco hoje só porque vale a pena vestir a camiseta da Mães de Maio, mas eu visto preto todo dia. Vivo de luto. Cada dia que eu vejo um trabalhador, uma criança, um menor sendo morto, eu realmente compartilho esse sofrimento.

Agora, nós temos essas pautas. Para depois da Copa, fica difícil saber o que vai rolar. Se vai estar todo mundo preso, se vai estar todo mundo voltando a fazer alguma coisa. Como o capitalismo não é só um sistema econômico – já que ele articula todas as esferas da vida, a percepção de mundo e a percepção de si –, acho que a solução é a negação sistemática mesmo. Isso como princípio já seria um norte. Uma negação sistemática da privatização do Estado, do próprio Estado, da privação dos direitos sociais. Negação de todos os privilégios internos, privilégios de gênero, de classe, e também negação de todas as instituições políticas para ver se sai alguma coisa nova.

Mayara Vivian – O Movimento Passe Livre é um movimento anti-capitalista, de esquerda, que aponta para a tarifa zero no transporte público, mas a gente não almeja ser um partido político, não temos programa político. Nossa perspectiva estratégica de luta é transporte e estamos juntos com outros companheiros que tenham essa discussão para moradia, para saúde... Temos a perspectiva de que existe a totalidade, mas a gente não se coloca nesse papel prepotente de pautar um programa político para a revolução. Estou falando pelo MPL, claro. A nossa forma política não está dissociada do conteúdo e isso é parte do que a gente acredita. Acreditamos que a forma que a gente se organiza reflete diretamente no mundo que queremos ver. Por isso, não achamos que faz sentido haver uma classe de dirigentes e uma classe de dirigidos. Nosso movimento é horizontal, por consenso. A gente acha que as coisas devem ser discutidas com calma, e construídas, não disputadas. Então isso vai desde coisas mais sutis – de não ter o carro de som que berra algo que não necessariamente as pessoas concordam, de ter elementos lúdicos, a bateria –, são várias nuances da nossa forma, que são políticas e que dizem respeito diretamente ao mundo que estamos tentando construir. Esse mundo não é construído de cima para baixo. Não é

"vamos tomar o poder a qualquer custo e depois a gente vê o que faz". O PT tomou o poder e não sabe o que faz com ele. Está tomando um pau na rua dos movimentos sociais. Isso deve ser construído. Se as pessoas não constroem e não se apropriam da organização delas, o negócio vai para as cucuias. Temos que parar de ter essa prepotência de escrever um programa político da nossa cabeça e enfiar goela abaixo. Quem é a gente para escrever programa político para revolução? Quem é a gente? A gente não é ninguém, somos quatro moleques que vieram aqui falar na revista CULT. Isso não quer dizer nada, nada. O MPL não tem essa pretensão. E eu acho uma pedância política perigosa a tentativa de querer impor algo. A gente tem que ter rumo sim, mas se queremos construir uma auto-organização dos povos, ela tem que ser construída no processo de luta e não depois, de cima para baixo.

Paulo Henrique de Oliveira – Essa pergunta é, de longe, a mais polêmica. Você está numa mesa com dois anarquistas, um trotskista e um gramsciniano. Concordo com o que a Mayara falou, não tenho como colocar aqui as posições de qualquer movimento que eu faça parte. Mas vamos discutir aqui quais são nossas bagagens ideológicas e políticas e essa é a pergunta mais teórica até agora. Acho que as coisas se constroem pela base. Não acho que é o caso de rememorar os processos do socialismo real do século 20. Eu sou socialista, é bom dizer isso. Mais do que isso, sou trotskista. A minha tradição política foi perseguida, assassinada, trucidada durante décadas. Perseguida pelo fascismo, capitalismo e pelo stalinismo. Trotsky foi morto nas mãos de um comunista. Minha primeira ideia é a tomada do poder, objetivamente. Para além de todos os paradigmas e matizes medianos, há duas classes em jogo: os que têm e os que não têm. No meio, há muita coisa. Max Weber dividiu por renda, o Durkheim vai dividir de outra forma, Marx vai com a ideia de pequena burguesia, Trotsky cria a ideia de pequena classe média. O ponto é: tem duas classes que são a mão de obra assalariada, vende a força de trabalho, tem mais-valia explorada; e os outros que exploram a mais-valia e detêm os meios de produção. Essa é a teoria clássica do marxismo. O que vai acontecer depois da revolução, seria bastante prepotente eu dizer. Seria mais futurologia do que política. Cada povo define os seus métodos, cria novas formas. O que a teoria discute é em relação ao que a gente chama de duplo poder, ou seja, construir organizações em que a classe trabalhadora consiga dirigir o Estado. E essa é a principal diferença que a gente tem, politicamente, entre o marxismo e o anarquismo. Eu não sou contra a existência de partidos no pós-regime, parece que o Denis é. O Fukuyama é de tradição hegeliana, as coisas são perigosas de onde elas surgem. A Dilma foi guerrilheira, o Lula um dia reivindicou o marxismo. Se o que ele faz é marxismo, eu sou japonês. A História é feita de esquinas muito perigosas. E foi nessas esquinas perigosas que a História encontrou saídas. A Revolução Russa começou porque um padre organizou uma passeata a favor do czar. E o czar se enganou e mandou atirar na passeata. Esse é o princípio da Revolução Russa. Se você for discutir a Revolução Chinesa, você vai encontrar um monte de particularidades. Na Revolução Cubana, o primeiro cara que toma o poder é um burguês. Fidel Castro foi até os Estados Unidos, tentou um acordo com a burguesia americana, não conseguiu, voltou e colocou um burguês no poder, percebeu que não dava merda. Num mundo polarizado, você tem dois campos: ou você é imperialista norte-americano, ou você conversa com Krushev e a União Soviética. Só depois que ele virou o comandante Fidel. A história é feita de muitas esquinas perigosas e não tem condição de nenhum de nós aqui problematizar como isso vai se dar num país tão grande, com tantas variações e contraditório quanto o Brasil. O que eu posso defender como programa político, que é o programa central do socialismo, é trabalhadores no poder. Que aqueles que produzem a riqueza nacional possam escolher sobre o que fazer com a riqueza nacional. E no limite, internacional, porque o Quarenta colocou muito bem aqui que esse é um sistema internacional. O que não dá para acontecer é que o Brasil continue produzindo laranja para os Estados Unidos fazer o suco, e a população brasileira não ter laranja. O Brasil é um país com uma agropecuária gigante, que devasta suas terras para plantar soja para o boi comer. O sistema é tão doentio e irracional que você destrói o meio ambiente para ter um boi que vai destruir outro lugar para o boi comer. O que vai acontecer depois muita gente tentou prever e quebrou a cara, o que a gente pode discutir é o problema das organizações políticas. Acho que até hoje, é menos importante saber o que vem depois do que saber como a gente vai tirar o que tem agora. Porque os caras se organizam, eles têm novos métodos, eles têm muita arma. A gente pode se enganar achando que nós quatro fazendo discurso bonito aqui, vamos derrubar o capital. Vai chegar uma hora em que é para a rua. E aí é tiro, nego corre, é morte, é treta.

BRUNO PEGORARI é Jornalista e conduziu o debate no espaço CULT (aqui, publico os melhores momentos deste). **Revista CULT, Agosto de 2013.**

Dior not war (LUIZ FELIPE PONDÉ)

"**DIOR** não guerra." Vi esta frase numa camiseta. Lembra a clássica dos anos 60: "faça amor, não faça guerra". Melhor do que a bobagem com o rosto do assassino mais chique da América Latina, o Che. O que me encantou na frase é que a Dior representa - ou qualquer outra marca - a capacidade humana de produzir riqueza como forma de civilização, em vez de nos matarmos. Todo mundo sabe que riqueza material não é apenas riqueza material.

O que aborrece no Brasil é que ainda não entendemos que a riqueza da qual falam autores como Adam Smith (filósofo moral, e não um guru do egoísmo como alguns pensam por aqui) não é apenas material, mas moral e existencial. Outro dia vi numa dessas cidades históricas mineiras maravilhosas um grupo de jovens, como cara de anos 60 extemporâneos, que

falavam barbaridades contra o capitalismo, todos munidos de iPhones e iPads, registrando tudo a sua volta. Ignorantes, parecem pensar que toda esta tecnologia, que vai de celulares a cirurgias cardíacas, caem do céu. Não, tudo custa, e muito.

Recentemente li na revista "The Economist" duas matérias muito interessantes. Uma primeira falava de como o crime comum (roubos, assassinatos e similares) tem caído significativamente em países ricos, como EUA, Reino Unido e Alemanha, mesmo em cidades grandes como Nova York e Londres. Não se trata apenas de mais punição, mas sim de um conjunto de elementos que passam por polícia mais equipada e treinada (o que não quer dizer mais violenta), tanto preventiva quanto científica. Crianças em boas escolas e ocupadas principalmente quando as famílias são mononucleares (só um dos pais), ruas limpas, estradas bem feitas, hospitais eficientes, transporte público operacional, vizinhos ativos no cuidado com seu bairro (quem não come nem dorme não pode ser um vizinho assim). Enfim, tudo que custa muito dinheiro.

Noutra, sobre Cuba, falava-se da luta das pessoas para poderem comprar e vender coisas e terras sem ter apenas o Estado como "parceiro" de negócios. E como isso é visto como um milagre dos céus. E ainda tem gente chique no Brasil que acha Cuba um "experimento" a ser levado a sério. Que horror! E aí passo a um livro que recomendo a leitura para quem quiser pensar no mundo livre do neolítico - o socialismo, levado a sério por muitos de nós, é puro neolítico. "Why Nations Fail, The Origins of Power, Prosperity, and Poverty", de Daron Acemoglu, professor de economia do MIT e James A. Robinson, cientista político e economista, professor de Harvard.

Por que muitas nações são pobres, miseráveis, atrasadas, enterradas em crime e fome? Causas geográficas? Culturais? Religiosas? Étnicas? Não. A diferença está num modo de organização política e social específico que cria condições para as pessoas buscarem livremente seus interesses. Democracia liberal, igualdade perante a lei e garantias de que as pessoas podem agir livremente no mercado de trabalho e de produtos. Numa palavra, sociedade de mercado. Foi isso que derrotou o comunismo, mas muitos já esqueceram.

Infelizmente entre nós, ainda se pensa que isso seja simplesmente um modo cruel de viver, negador da "solidariedade" e defensor da "ganância". Muito pelo contrário: é só a riqueza que torna a solidariedade possível, não há solidariedade na pobreza, isso é mito. Apesar de as indicações históricas serem evidentes, ainda insistimos em não entender que a sociedade de mercado (longe de ser perfeita) dá ao ser humano a liberdade necessária para cuidar da sua vida e se tornar adulto.

Só dessa forma as pessoas entendem uma coisa óbvia que o economista Friedrich Hayek pensava. Quando perguntarem a você o que é a economia, a resposta certa é: a economia somos nós! E não algo planejado por "cabecões" teóricos que controlam a vida dos outros, como pensava John Maynard Keynes. Mas, os políticos adoram Keynes porque sua teoria os faz parecer responsáveis pela riqueza, quando na realidade quem produz riqueza somos nós em nosso cotidiano, quando nos deixam em paz. Keynes é a servidão, Hayek, a liberdade.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Cala a boca já morreu? (ROSELY SAYÃO)

"**CALA** a boca, menino!" Essa frase já foi usada com regularidade por muitos pais há algum tempo. Quando a criança interrompia uma conversa de adultos com insistência, quando falava o que não deveria falar, quando o momento exigia silêncio, por exemplo, a frase era dita com tranquilidade pelos adultos.

O mais interessante é que a expressão não era considerada agressiva, tampouco humilhante, nem pelos adultos nem pela própria criança. Era como dizer "Fica quieta, menina!" de modo mais incisivo, quando a situação assim o exigia. Com o passar do tempo, os conceitos de educação dos filhos mudaram, a maneira de tratar a criança mudou e os adultos passaram a buscar uma convivência com os filhos que fosse mais respeitosa. Deixamos, pouco a pouco, de tratar as crianças como se elas não tivessem sentimentos reativos à maneira como os adultos se relacionavam com ela. Essas mudanças provocaram transformações na formação da criança: ela passou a ser mais questionadora, a ter mais presença e a ser reconhecida como integrante do grupo familiar, com direitos, e não apenas com o dever de obedecer aos pais. Surgiu, então, uma frase: "Cala a boca já morreu". A transição de uma fase à outra não ocorreu sem percalços, é claro. Muitos pais se perderam, as crianças passaram a ser o centro da família e tornaram-se ruidosas, exigentes, autoritárias até. Foi então que passou a circular no mundo adulto a ideia de que as crianças não têm limites e esse conceito pegou.

O mundo dos adultos mudou concomitantemente: a juventude deixou de ser uma etapa da vida e passou a ser um estilo de viver e isso levou o adulto a viver mais para si e a ter grandes dificuldades de renunciar ao que considera importante em sua vida. A busca da felicidade transformou-se em meta de vida e isso fez com que problemas e dificuldades que surgiam no trajeto da vida fossem ignorados ou contornados para que desaparecessem.

Como consequência dessa nova forma de estar no mundo, tanto de crianças quanto de adultos, surgiram contradições. Os adultos querem tranquilidade e filhos ao mesmo tempo. As crianças querem ser atendidas e, hiperestimuladas, tornam-se agitadas e fazem os pais perderem a paciência em curto espaço de tempo. Como conciliar a convivência de expectativas tão distintas? O avanço tecnológico nos permitiu ressuscitar o "Cala a boca, menino!". Por onde andamos, vemos crianças entretidas com tablets, aparelhos celulares, reprodutores de vídeos portáteis. Em restaurantes, em carros, em hotéis, em praias, vemos crianças hipnotizadas com as traquitanas tecnológicas.

A televisão já ocupou esse lugar, tanto que foi chamada de "babá eletrônica". Mas ela tem restrições: só pode ser usada em casa. Agora, esses outros recursos possibilitam que as crianças deixem de perturbar os pais em qualquer lugar. A tecnologia e a internet e suas amplas possibilidades fazem parte da vida de nossas crianças e são recursos que podem ser usados de modo rico e favorável a elas. Mas, dessa maneira que as temos usado, é apenas mais um estímulo que se junta a tantos outros.

É ingenuidade pensar que a criança se acalma com seu uso. Ela se agita mais ainda sem ter alvo certo, sem aprender a dirigir sua energia para o que precisa, torna-se ainda mais dispersa. O "Cala a boca, menina!" de hoje é bem mais sofisticado e sedutor, mas continua a ser um "cala a boca".

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação.. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Palavras de amor (CONTARDO CALLIGARIS)

OS SENTIMENTOS funcionam como picadas de mosquito, que coçamos e recoçamos até que se tornem feridas infectadas e, às vezes, septicemias generalizadas (quem sabe fatais). Salvo um exercício difícil de autocontrole, qualquer picada pode adquirir uma relevância desmedida: a gente tende a se coçar muito além da conta porque descobre que se coçar não é um alívio, mas um prazer autônomo em si.

Por isso mesmo, em geral, não confio nos sentimentos -nem nos meus, nem nos dos outros. Não é que eu supunha que os humanos mintam quando amam, odeiam ou se desesperam no luto. Nada disso. Apenas verifico que os sentimentos, em geral, são condições autoinduzidas: transtornos ou desvios produzidos pelos próprios indivíduos, que, se não procuram sarnas para se coçar (como diz o ditado), no mínimo adoram coçar as sarnas que eles têm. Detalhe: coçando, aumenta o prurido, assim como aumentam a vontade e o prazer de se coçar.

Tomemos o exemplo do amor. Eu encontro, conheço ou vislumbro de longe alguém que preenche algumas condições básicas para que eu goste dela. Sussurrando entre quatro paredes ou gritando em praça pública, anotando no meu diário ou escrevendo para grandes editoras, passo a encher o ar ou as páginas com as descrições da beleza inigualável de minha amada e com as declarações hiperbólicas de meu sentimento. Claro, minha prosa ou poesia poderão, quem sabe, conquistar meu objeto de amor, mas esse é um efeito colateral. O efeito mais importante (e esperado) de minhas palavras de amor não é tanto o de seduzir o objeto de meus sonhos, mas o de eu me apaixonar cada vez mais. Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e virulência de minhas declarações.

Em linguística, chamamos performativas aquelas expressões que, ao serem proferidas, constituem o fato do qual elas falam. Exemplo clássico: um chefe de Estado dizendo "Declaro a guerra" -essa frase é a própria declaração de guerra. Dizer que sou apaixonado, que odeio ou que me desespero no luto talvez não sejam propriamente performativos. Mas se trata, no mínimo, de semiperformativos, ou seja, talvez os sentimentos existam antes de serem declarados, mas eles só crescem e tomam conta da gente na hora de serem ditos, descritos e contados -na hora de sua declaração, pública ou privada.

Há três razões pelas quais o amor é absolutamente indissociável da literatura amorosa. A primeira é que a gente aprende a amar e a declarar o amor pela literatura. A segunda é que o amor se tornou relevante em nossa vida à força de ser descrito e idealizado pela literatura. A terceira é que o amor, como sentimento, é um efeito das palavras que o expressam: a literatura nos instiga a amar tanto quanto nossas próprias declarações amorosas.

Acabo de terminar a prazerosa leitura de "Como os Franceses Inventaram o Amor" (editora Prumo). Nele, Marilyn Yalom percorre a literatura francesa e revela que ela é um repertório completo do amor. A coisa começa com o triângulo amoroso, que não é um acidente ou um imprevisto do amor; ao contrário, o amor começa, mil anos atrás, com o triângulo amoroso. Tristão escolta Isolda, a futura esposa de seu tio, e se apaixona por ela. Lancelote venera seu rei Artur, mas se apaixona pela rainha. E, em geral, os poetas do amor cortês amam damas casadas (e frequentemente fiéis a seus senhores, aliás). A França é, para Yalom, a pátria do amor. Não só pela riqueza de sua literatura, mas justamente porque, na cultura francesa, do amor cortês do século 12 até as conversas das preciosas nos salões parisienses do século 17 (que Molière ridicularizava, mas também admirava), amar é, antes de mais nada, uma arte de dizer, de ser efeito das próprias palavras que usamos ao declarar e descrever nosso sentimento.

Alguns acham que falta amor em sua vida. Como Emma Bovary ou Anna Kariênina (extraordinária a tradução de Rubens Figueiredo, pela Cosac Naify), temem que, sem amor, sua vida nunca chegue a ter a dignidade de um romance. A eles, recomendo paciência: os tempos mudam, e talvez se afirme hoje, aos poucos, uma retórica nova, menos sentimental, capaz de dar valor literário a uma vida sem amores e paixões. Outros se queixam dos estragos que o excesso de amor faz em sua vida. Aqui a cura é simples: eles não vão acreditar, mas basta se calar um pouco, assim como é suficiente não se coçar para que as picadas de mosquito parem de incomodar.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Universalização do vale-transporte (GUSTAVO FRUET)

APOSTAMOS em uma proposta ousada na busca por qualidade e tarifa justa do transporte público. Em Curitiba, que até hoje é reconhecida internacionalmente como cidade de vanguarda nesse tema e tem o modelo de canaletas exclusivas copiado por outras metrópoles, o sistema está à beira do colapso.

A falta de investimentos em inovações e uma licitação recente (2010) que gera descontentamentos em operadores e usuários são neste momento os principais entraves para atrair mais passageiros. Entre 2008 e 2011, houve uma redução de 14 milhões de usuários pagantes transportados - o número de passageiros passou de 323,50 milhões para 309,50 milhões. Em outras grandes cidades do país, a tendência é a mesma.

Diante desse quadro, a nós, administradores, restam duas alternativas. Ou aproveitamos a provocação que vem das ruas para gerar efeitos práticos ou desperdiçamos a oportunidade de ousarmos com um respaldo popular nunca antes experimentado. A Prefeitura de Curitiba encaminhou ao governo federal uma proposta que pode ser o ponto de partida para o debate. O ponto principal da nossa proposta é a universalização do vale-transporte (VT). A ideia é que todas as empresas e órgãos públicos repassem diretamente ao operador do sistema de transporte coletivo da sua cidade ou região o valor correspondente ao VT dos empregados, arcando integralmente com esse custo. No caso das empresas, poderia ser abatido do Imposto de Renda.

Dessa forma, o trabalhador não pagaria mais a tarifa. Estudantes também poderiam ter isenção, de acordo com a renda. Somente pagariam a tarifa cheia os usuários eventuais e o turista. Em algumas cidades - dependendo do número de linhas e usuários -, a tarifa poderia ser até mesmo gratuita para todos. Para muitos empregadores, o aumento de custo seria pequeno. Atualmente, a lei autoriza empregadores a aplicarem descontos de até 6% no salário base de empregados para bancar o vale. Porém, muitas empresas já não praticam esse desconto, optando por bancar a maior parte ou até a totalidade do vale-transporte.

A ideia não é nova e é usada com sucesso em cidades da Europa. No material encaminhado ao governo federal, citamos como exemplo a francesa Lyon, que tem um dos melhores sistemas de transporte do continente, incluindo integração multimodal e tarifa única. Lá, as empresas bancam 36% do custo do sistema, que gira em torno de 800 milhões de euros/ano. No Brasil, onde já temos o vale-transporte, a implantação seria muito mais simples do que foi na França.

Em Curitiba, por exemplo, 47% da receita já vem do vale-transporte. O novo VT ampliaria o financiamento do sistema. Para isso, é necessária a mudança da legislação do vale-transporte, por iniciativa do governo federal e do Congresso Nacional. O grupo técnico da Prefeitura de Curitiba também indicou uma segunda alternativa, por meio da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que com acréscimo de centavos teria a condição de suportar a redução tarifária proposta e incentivar a população a usar transporte público.

GUSTAVO FRUET, 50, advogado, ex-deputado federal (1998-2010), é o prefeito de Curitiba pelo PDT. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Agosto de 2013.

A assessoria de imprensa da cacatua (MALU FONTES)

O NADA virou manchete. O jornalismo criou um novo gênero nas últimas décadas e vê-se diariamente que ele avança a passos largos. Reina nos jornais impressos, no telejornalismo, nos sites noticiosos, nas versões on line dos jornais e, obviamente, triunfa recirculando nas redes sociais. Esse novo gênero noticioso, batizado neste texto pelo sugestivo nome de nadismo, consiste em noticiar coisas (chamá-las de fatos ou acontecimentos seria usar inadequadamente as duas palavras) que aparentemente não têm nenhuma importância e, de fato, não têm, mas que, paradoxalmente, quando noticiadas, são sucesso estrondoso de público.

Para quem ainda não ligou o nome à coisa, eis alguns exemplos paradigmáticos do fenômeno, todos fresquinhos. Se alguém vive no Brasil e não estava em coma nas últimas semanas, soube, graças ao nadismo, que Tony Salles, uma das sumidades da novíssima música baiana, e que também atende como sinônimo de marido de Sheila Carvalho, que por sua vez atende por "a ex-morena do Tchan" e, mais recentemente, por "uma das confinadas de A Fazenda", tem uma amante disposta a dar as duas córneas e algo mais para ser manchete em qualquer plataforma que dedique espaço a esse gênero jornalístico.

E por falar em A Fazenda, o reality da Record que mimetiza o Big Brother da Globo, só que juntando ao elenco animais de verdade, é preciso dizer que o nadismo não seria o que é se não fossem os realities. Deles saem em série dezenas de personagens que vão alimentar esse tipo de jornalismo. Também esta semana, um outro participante d'A Fazenda virou manchete mais ou menos nesses termos: "Gominho conta fato curioso sobre Ivete". Parem as máquinas! A manchete nadista referia-se à impactante revelação do gordinho de que, certa vez, presenciara Ivete Sangalo pagando uma conta de restaurante, em vez de recorrer à cortesia, como seria a norma entre os famosos. O texto noticioso a que se referia tal manchete descia a profundidades inimagináveis: sobre o gesto da cantora, o elenco do reality comentou que o garçom deveria ter chorado de emoção. Por ter recebido a conta.

O nadismo tem suas musas locais, nacionais e até mirins. A mirim é Rafaela Justus, que não chupa um pirulito sem que seja manchete nacional. As locais com mais centímetro em informação desimportante, como talvez se dissesse em

Saramandaia, são Aline Rosa e Anamara, ex-BBB. Veicula-se sobre as duas coisas do tipo: fulana posta foto com bôcão em rede social. Não, não se trata de foto em companhia do apresentador José Eduardo, o Bocão, mas dos lábios propositalmente protuberantes diante da câmera, fazendo aquelas poses típicas do show do eu. O cúmulo do nadismo nacional, no entanto, deu-se esta semana. Descobriu-se que, no Brasil, até passarinho de defunto famoso tem assessor de imprensa. Tem sim. Senão, o que explica o surgimento da informação, em vários sites, de que Hebe Camargo tinha uma cacatua que, quase um ano depois da morte da dona, o bicho continua inconsolável?

É claro que mesmo em tempos de triunfo do nadismo somente um bom assessor de imprensa de passarinho poderia cavar na imprensa nacional espaços nobres para a cacatua órfã de Hebe, saudosa e melancólica, com manchetes assim: "Cacatua de Hebe mata saudade com foto da apresentadora". Abaixo, aparecia o pássaro em frente a uma foto em close da dona do sofá mais famoso do Brasil. Sim, o fim dos tempos do jornalismo de conteúdo parece estar próximo quando assessores de imprensa forjam manchetes sobre saudades imaginadas de passarinho de morto e plantam fotografias a centímetros de seu bico.

MALU FONTES é Jornalista, Doutora em Cultura e professora da Ufba. **Jornal CORREIO, Agosto de 2013.**

Samsung e o império do medo (MARTINE BULARD)

Seu tablet Galaxy a impulsionou ao topo do mercado, a ponto de ultrapassar a Apple. A Samsung e sua concorrente travam uma guerra sem piedade diante dos tribunais. Mas, para além da eletrônica, o grupo sul-coreano constitui um conglomerado tão potente que influencia a política, a justiça e a imprensa de seu país



IMPOSSÍVEL não percebê-la, mesmo no meio dessa floresta de prédios de vidro nos formatos mais mirabolantes – aqui, a originalidade é uma marca de distinção. A torre Samsung reina em pleno coração de Gangnam, um dos distritos mais chamativos de Seul, com suas avenidas gigantescas, seus carros de luxo e seus jovens descolados, que ficaram mundialmente conhecidos graças ao cantor Psy, no seu clipe *Gangnam style*. A Samsung Electronics apresenta ali, em três andares, suas invenções mais espetaculares: telas gigantes nas quais nos transformamos em jogadores de golfe ou campeões de beisebol; televisores 3-D; geladeiras com laterais e portas transparentes e dotadas de um sistema que pode propor receitas com base em seu conteúdo; espelhos com captadores que indicam nosso ritmo cardíaco, nossa temperatura... Sem esquecer, num lugar de destaque, a última joia do grupo: o smartphone Galaxy 4, lançado no mundo inteiro.

Essa é a face luminosa da Samsung. Neste fim de tarde de maio, dezenas de adolescentes se encontram aqui, já que a Universidade de Seul se situa a alguns quarteirões. Eles vão de um estande a outro, surpreendem-se diante das proezas, desafiam-se, interpellam-se. Todos com quem conversamos garantem que trabalhar na Samsung seria "o sonho".

Uma observação que vamos ouvir com frequência. Pois não foi a Samsung que engoliu o peão do colosso norte-americano Apple e do japonês Sony? Não foi "o gigante do século XXI nas tecnologias mais avançadas", como disse um

jovem pesquisador recentemente empregado na Samsung Design, "templo da inovação? E a maior torre do mundo em Dubai? E a central nuclear de Abu Dhabi?", pergunta meu jovem interlocutor, com um toque de ironia, pois a França perdeu essa concorrência. Samsung, Samsung de novo, sempre a Samsung...

O grupo estende seus tentáculos dos terrenos navais aos nucleares, da indústria pesada à construção imobiliária, dos parques de diversão aos armamentos, do eletrônico ao grande varejo, e até mesmo às padarias de bairro, sem esquecer o setor dos seguros e ainda os institutos de pesquisa. Ele é o que se chama na Coreia do Sul de *chaebol* – um conglomerado de empresas reunido em torno de uma companhia central –, sem equivalente no mundo.¹

"Na Coreia do Sul", precisa Park Je-song, pesquisador no Korean Labor Institute (KLI), "você nasce numa maternidade que pertence a um *chaebol*, vai para uma escola *chaebol*, recebe um salário *chaebol* – pois a quase totalidade das pequenas e médias empresas dependem deles –, vive em um apartamento *chaebol*, tem um cartão de crédito *chaebol* até mesmo

seus lazeres e suas compras serão garantidos por um *chaebol*." Ele poderia acrescentar: "você se elege graças a um *chaebol*", já que esses mastodontes financiam indiferentemente a direita e a esquerda.

Existem uns trinta deles no país, entre os quais Hyundai, Lucky Goldstar (LG) e Sunkyung Group (SK), cada um propriedade de uma grande família tradicional. O mais poderoso é a Samsung, que opera nas novas tecnologias e cuida de sua imagem – o grupo gastou 9 bilhões de euros em marketing em 2012² –, mesmo que a saga familiar, com processos espetaculares, disputas fratricidas, corrupção e gastos suntuosos, faça o seriado norte-americano *Dallas* parecer um folhetim água com açúcar.

Sua história simboliza a evolução da República da Coreia, que passou de um status de país em desenvolvimento nos anos 1960 – atrás da Coreia do Norte, então mais industrializada – para 15ª economia mundial. O criador do grupo, Lee Byung-chul (1910-1987), começou de baixo, com um pequeno comércio que tinha como emblema três estrelas – *samsung*, em coreano. A lenda coloca a tônica em sua sensibilidade para o comércio, que lhe permitiu focar os bens de grande consumo (televisores, refrigeradores), depois os eletrônicos, ganhando assim seus títulos de nobreza – e enchendo seus caixas – na Coreia e no mercado ocidental. Ele legou sua fortuna a seus filhos, praticamente sem pagar impostos, e designou um deles, Kun-hee, para lhe suceder.

Fogueira de celulares

Este último desenvolveu o grupo ao ponto de alçá-lo ao primeiro lugar nas vendas de semicondutores (ele fornece para a Apple), de smartphones, de telas planas, de televisores, e ficar entre os primeiros em engenharia e química. O grupo se situa no vigésimo lugar mundial na lista da *Forbes*,³ apresentando um valor de negócios equivalente a um quinto do PIB da Coreia do Sul. Com uma riqueza pessoal avaliada em US\$ 13 bilhões, Lee Kun-hee, 69ª fortuna mundial, é o homem mais rico do país.

A lenda omite o detalhe de que Lee Byung-chul iniciou seus negócios, em 1938, com o aval do ocupante japonês. Ela também não conta que o grupo se desenvolveu com a ajuda em dinheiro líquido do ditador Park Cheung-hee, que trouxe terrenos, financiamentos, impostos reduzidos e normas específicas para proteger o mercado interno. Puro produto da ditadura, a Samsung conserva belos traços desta. Com 71 anos, o atual patrão "exerce um poder absoluto tanto sobre as orientações do grupo quanto sobre o pessoal", garante Park Je-song, "mesmo detendo apenas uma ínfima parte do capital": menos de 3%. Quando ele fala, todos obedecem sem hesitar. Em 1993, ele soltou para os funcionários: "Vocês devem mudar tudo, menos suas mulheres". De um dia para o outro, produtos, métodos e administrações foram alterados. Essa famosa "reatividade ao mercado" é o sucesso do grupo e a lenda sobre seu chefe.

Dois anos depois, constatando a má qualidade dos telefones, Lee Kun-hee organizou uma gigantesca fogueira com 150 mil celulares, que viraram cinza diante dos trabalhadores perplexos. A imagem foi retransmitida em todas as fábricas, para mostrar que um trabalho malfeito não vale mais do que um monte de cinzas. O "defeito zero" se tornou a norma a ser respeitada, e o sentimento de culpa dos trabalhadores, um dogma. Advogado renomado, Kim Yong-cheol trabalhou na secretaria geral da corporação, o que há de mais elevado, também chamado de Grupo Central para a Reforma (*Reformation Headquarter Group*). Ele conta que durante as reuniões com o grande chefe, que podem durar mais de seis horas, nenhum funcionário ousa beber um copo de água, por medo de precisar ir ao banheiro: Lee não suportaria. Ninguém pode falar sem sua autorização. Ousar emitir a menor dúvida não passa pela cabeça de ninguém. "É como um ditador. Ele ordena, nós executamos."

Também para os fornecedores, não há outro caminho a não ser a submissão. Exímio conhecedor da Coreia do Sul, um dirigente francês de uma empresa do setor muito valorizado das instalações urbanas de luxo, que preferiu permanecer anônimo, confiou: "Para trabalhar aqui, é preciso ser nomeado. Não existe licitação ou concorrência. Tudo se baseia na confiança. Se a relação funciona, você deve ser inteiramente devotado ao grupo, obedecer completamente. A vantagem é que você pode inovar, mas sob sua proteção". É impossível trabalhar para outro *chaebol* ou recusar uma encomenda. "São relações feudais", acaba confessando. Outros fornecedores com menos prestígio podem ver seu ganho reduzido de maneira autoritária do dia para a noite ou serem cortados da lista.

O advogado Kim Yong-cheol viveu o sistema Samsung de dentro. Durante "sete anos e um mês", precisa ele, colocou seu talento a serviço do grande homem e de suas práticas mais ou menos lícitas: dupla contabilidade, caixa dois para comprar jornalistas e políticos, contas secretas para uso pessoal, entre elas a da senhora Lee, grande amante da arte contemporânea. "Fiquei até o momento em que descobri que havia uma conta bancária em meu nome creditada com diversas dezenas de milhões de wons."⁴ Ele pediu demissão em 2005. Dois anos depois, uma comissão de investigação foi iniciada. Lee Kun-hee foi condenado a três anos de prisão com liberdade condicional por fraude fiscal e abuso de confiança... antes de ser anistiado pelo presidente da República da época, Lee Myung-bak, ele mesmo antigo proprietário de uma filial da Hyundai. A atual presidente Geun-hye fez dele um de seus convidados de honra durante sua viagem aos Estados Unidos, em maio de 2013.

Foi demais para Kim Yong-cheol. Em 2010, ele escreveu com acidez e publicou *Pensar Samsung*,⁵ em que detalha os abusos da família e a corrupção até os mais altos escalões do Estado: "Eu devia dar a prova de que não estava mentindo". Nenhum dos três grandes jornais, *Chosun*, *Joongang* e *Donga* – ou *Chojoodong*, como nomeiam aqui esta imprensa de conveniência –, aceitou fazer publicidade do livro. Ninguém fez uma crítica. Todos estão ligados à Samsung pela

publicidade, pelos envelopes espontaneamente depositados para os jornalistas ou por relações íntimas com a família. Apenas o *Hankyoreh* quebrou a lei do silêncio, o que acarretou no fim dos anúncios publicitários do grupo.

No entanto, as redes sociais fizeram que o livro fosse conhecido e se vendessem 200 mil exemplares. Belo sucesso nas livrarias, mas o advogado continua sem emprego. Ele teve de voltar para sua cidade natal, Gwangju, único lugar onde conseguiu encontrar um trabalho. Ele lamenta apenas uma coisa: "O debate público não aconteceu. A Samsung qualificou meu livro de 'pura ficção'". E o jogo continuou.

Mesma constatação do cineasta Im Sang-soo. Com seu filme *L'ivresse de l'argent* [A embriaguez do dinheiro], de 2012, ele escolheu desde o começo a ficção.⁶ Im descreveu com maestria o comportamento dos *chaebols*: a corrupção, a arrogância, o desprezo pelos funcionários, as disputas familiares e até o assassinato. "Os *chaebol* transformam as pessoas em escravas. Eu devia desmontar seus mecanismos", explica no escritório da sucursal coreana do *Le Monde Diplomatique*.⁷ No entanto, "o filme não foi um sucesso". Silêncio midiático e recusa de difusão por parte das grandes salas de cinema. Para ele, "o mais decepcionante é que o filme nem sequer interessou à esquerda, pois ela não ousa atacar essa fortaleza. Ainda assim, existem duas dinastias na península: a Coreia do Norte com os Kim e a Coreia do Sul com os Lee".

A imagem não é tão exagerada quando vemos a sorte destinada ao deputado do Novo Partido Progressista Roh Hoe-chan, que perdeu seu mandato em fevereiro de 2013 por ter tornado pública uma lista de personalidades corrompidas pela Samsung. Não qualquer lista: a que foi estabelecida pelos serviços secretos, que, por razões obscuras, tinham registrado conversas entre o patrão do grupo e o do jornal *Joongang*. Fala-se muito de dinheiro distribuído para muita gente importante: o vice-ministro da Justiça, um ou dois procuradores, diversos jornalistas, alguns candidatos às eleições.

Quando o caso começou a vazar, Roh reclamou e obteve uma comissão de investigação parlamentar que se apressou para abafar o escândalo. Apenas o vice-ministro da Justiça pediu demissão. Confiante em sua imunidade parlamentar, o deputado revelou essa lista durante uma coletiva de imprensa e, não tendo nenhuma ilusão a respeito das consequências, disponibilizou a lista em seu site. Porém, segundo a Corte Suprema, a imunidade termina... onde a internet começa. "Uma farsa", comenta Roh. "Fui condenado, mas nenhum procurador foi investigado. Basta dizer que o filho do responsável do tribunal encarregado da investigação é funcionário da... Samsung. A Corte Suprema quis fazer de mim um exemplo. É inacreditável a quantidade de telefonemas de 'amigos' que recebi, querendo me dissuadir de levar adiante minha luta." Sai de cena o deputado obstinado.

Não almoçar com sindicalista

Também os sindicalistas têm direito à mordada. Um dos porta-vozes do grupo, Cho Kevin, desmente qualquer tipo de caça às bruxas. Ele nos informou por e-mail (é mais fácil encontrar um ministro ou um deputado do que um representante da Samsung): "Existem sindicatos em muitas de nossas filiais, e o grupo respeita o direito ao trabalho, assim como as normas éticas". Sindicatos da casa, sim; mas não a Confederação Coreana dos Sindicatos (Korean Confederation of Trade Union, KCTU), cujo ancestral teve um papel decisivo no fim da ditadura nos anos 1980. Supressões, demissões, ameaças, chantagem: a direção não poupa meios, se acreditarmos no estudo realizado pelo professor Cho Don-moon, sociólogo da Universidade Católica da Coreia.⁸ Até 2011, apenas um sindicato era autorizado na empresa, e ele devia se registrar junto à administração pública. Assim que a papelada chegava, o funcionário avisava a direção da Samsung, que podia sequestrar o impetrante por diversos dias, tempo durante o qual ela podia criar seu próprio sindicato na usina. A partir de janeiro de 2011, o pluralismo sindical foi reconhecido, mas a KCTU continua sendo o inimigo.

Encontramo-nos com seis membros, com idade entre 30 e 50 anos. Todos trabalham na Samsung, na região de Ulsan, a duas horas e meia de trem-bala a sudeste de Seul. Mas para encontrá-los é preciso dar voltas e mais voltas até um albergue coreano tradicional, rodeado por flores e árvores, na beira de um lago, longe de suas casas, a fim de que eles permaneçam anônimos. O local é mais charmoso do que a vizinhança das fábricas, onde eles produzem baterias de telefones celulares, telas de cristal líquido e aquecedores solares. E principalmente mais discreto: "É muito perigoso encontrar uma jornalista – ainda mais estrangeira", explicam. Sindicalizados na KCTU, eles vivem em semiclandestinidade.

Todos são catalogados como "MJ", de *moon jae*, transcrição fonética em alfabeto ocidental do coreano "problema". "Em cada setor", conta um deles, "há pessoas encarregadas de encontrar os MJs, assediá-los, comprá-los, impedir a 'contaminação'." Um de seus colegas continua: "Se uma pessoa por acaso bebe uma cerveja com um MJ numa festa, ela é imediatamente convocada pela direção, que pergunta o que ela ouviu e o que disse. Até na cantina é pouco recomendado comer na companhia de um MJ".

Toque de recolher

Chovem sanções: apenas um desses sindicalistas manteve seu trabalho no grupo. Um foi transferido para um escritório onde se ocupa, sozinho, das obras de caridade da fábrica. Outro foi mandado para um serviço de fornecimento bem supervisionado. Uma pergunta sobre a atividade do quarto provoca risos gerais: "Nada, eu não faço nada, literalmente. Antes, eu era operário; agora, fico em um escritório, sozinho, sem nenhuma função". Ele ri, mas teve de consultar um psiquiatra. Para seu colega, que acabou de se filiar ao sindicato, a direção propôs um "estágio obrigatório" de diversos meses na... Malásia. Ele recusou; está esperando a sanção. Quanto ao sexto, ele foi demitido há quatro anos. Sem recursos.

Encontramos outros MJs. Em Suwon, a sede da Samsung, na periferia de Seul. Cho Jang-hee, ex-administrador de um restaurante no parque de diversões Everland, teve a audácia de criar com três de seus colegas um sindicato filiado à KCTU.

Todas as tentativas precedentes tinham fracassado – alguns envolvidos receberam uma promoção ou dinheiro para pagar os estudos dos filhos, outros cederam às pressões. “De repente, os colegas não têm mais coragem de olhar para você, eles não falam mais com você”, explica Cho. “Existem até ‘sessões de formação’ durante as quais os chefes explicam que somos bandidos que colocam a empresa em perigo.” Eles foram seguidos 24 horas por dia e filmados. Seus telefones foram grampeados, seus familiares, ameaçados. Mas se mantiveram firmes.

Evidente, sua influência é marginal: onze aderentes “abertos” e 68 clandestinos, entre 10 mil assalariados. Não chegam nem perto de ser eleitos para representar os funcionários nas comissões paritárias inventadas pelo grupo para contornar os sindicatos e compostas metade de pessoas da direção e a outra metade de representantes dos trabalhadores altamente recomendados pela direção. Mas pela primeira vez a KCTU tem uma existência legal, se não reconhecida, dentro da Samsung. Cho pagou caro por isso: foi demitido. Quanto aos dois outros cofundadores, eles foram suspensos por três meses e transferidos para dois restaurantes diferentes, “para isolá-los bem”.

Tanto em Ulsan quanto em Suwon, esses sindicalizados reconhecem que, para eles, trabalhadores em tempo integral, “os salários são corretos”. Por outro lado, os funcionários sem contrato recebem entre 40% e 60% a menos por um trabalho muitas vezes idêntico, não possuem nenhuma proteção, nenhum bônus, e são mandados embora assim que as encomendas diminuem.⁹ Sejam funcionários diretos da Samsung ou empregados pelos fornecedores, eles representam segundo as estimativas (as estatísticas oficiais não existem) entre 40% e 50% dos efetivos. Já os que têm mais de 50 anos, incluindo aqueles que ocupam cargos de chefia, são ardentemente convidados a se demitir, pois custam muito caro. Para todos, as condições de trabalho são difíceis, as amplitudes de horário desmedidas, as tensões fortes, os acidentes numerosos. Em janeiro de 2013, um funcionário sem contrato morreu depois de um vazamento de ácido fluorídrico na fábrica de Hwasung, perto de Suwon.

Vista de fora, nada indica o menor perigo nessa unidade. Preocupado com o decoro, Lee Kun-hee construiu com cuidado sua *digital city* (cidade digital), que se estende por três comunas, Hwasung, Giheung e Onyang. A sábia reunião de grandes cubos de um branco puro, de prédios de vidro elegantes e de um gramado bem cuidado faz pensar num *campus* universitário. A cada extremidade, dormitórios: os das moças são imponentes, pois as “operadoras” são mais numerosas. Mais distante, o dos rapazes, encarregados da manutenção e do fornecimento. Vindos de todo o país, esses jovens fabricam semicondutores. Todos os anos, os executivos da Samsung partem à caça. Eles vão ao encontro dos colegas do interior a fim de coletar novas recrutas, e fica a cargo dos orientadores fazer a pré-seleção. Todos dizem o mesmo: há mais demanda que oferta. A Samsung goza de uma bela reputação, e os salários são relativamente altos: o equivalente a 2 mil euros, uma fortuna para quem está começando (o salário mínimo não ultrapassa 600 euros). “Trabalhando na Samsung”, testemunha uma funcionária, “posso ajudar meus pais e preparar meu casamento.”

Mas os sonhos de menina frequentemente se evaporam nas salas brancas de produção. Visto de fora, tudo parece higienizado com suas “operadoras” com aparência de astronautas, vestidas de branco da cabeça aos pés, apenas com os olhos de fora. Imaginamos que são locais altamente seguros. No entanto, esse cenário futurista dissimula práticas medievais. É preciso trabalhar ao menos doze horas por dia; participar das atividades de caridade a fim de desenvolver o espírito de solidariedade, é o que diz a administração; depois, eventualmente, voltar ao trabalho antes de dormir. Seis dias por semana. No sétimo, as trabalhadoras estão tão cansadas que dormem lá mesmo e raramente visitam a família. “Levantamo-nos na Samsung, comemos na Samsung, trabalhamos na Samsung, nos divertimos na Samsung, dormimos na Samsung”, resume Kab-soo, feliz de ter saído depois de juntar um pequeno pé de meia e encontrado outro emprego um pouco menos duro.

Claro, essas jovens têm o direito de sair à noite. “Não estamos na China”, replica, um pouco ofendido, um ex-executivo do grupo. No entanto, ele reconhece, isso não é muito bem-visto. E se, por descuido, elas voltam depois do toque de recolher (meia-noite), recebem um “cartão vermelho” que só será apagado quando elas tiverem participado devidamente das atividades de caridade da casa. O cansaço é tamanho que as indisciplinas são raras. No entanto, encapuzadas em sua fantasia de *bunny*, as trabalhadoras resistem a essa robotização. Proibidas de usar maquiagem, elas colocam cílios postiços. Cobertas até os olhos pelo capuz regulamentar, elas encontram maneiras elegantes de usá-lo, conta Lee Kyung-hong, jovem cineasta documentarista que as filmou durante três anos...¹⁰ depois que saíram da empresa, pois são totalmente proibidas de falar a respeito enquanto estão empregadas.

São suas únicas fantasias. “Trabalhamos com medo”, lembra Kab-soo. Medo de errar. Medo de não conseguir. Medo de ficar doente. A fábrica de semicondutores necessita de grandes quantidades de produtos químicos, gases extremamente perigosos, campos eletromagnéticos. As operárias devem mergulhar suas placas em diversos banhos com grande rapidez, não se enganar, verificar...

Violações da segurança no trabalho

No papel, as normas de segurança existem. Mas, na unidade de Hwasung, já houve dois vazamentos de gás entre janeiro e maio de 2013. Os sistemas de ventilação não funcionam sempre. Frequentemente as próprias operadoras abrem as válvulas de radioatividade para irem mais rápido e cumprirem sua missão. Sem serem pagas por unidade, elas se sentem responsáveis pelo resultado comum.

Nesse ritmo, elas não aguentam mais do que quatro ou cinco anos. Depois, encontram outro emprego ou voltam para a casa dos pais e se casam – apenas 53,1% das mulheres trabalham.¹¹ Algumas acabam morrendo. Em 2007, a jovem

Hwang Yumi, na época com 22 anos, faleceu depois de quatro anos de trabalho na unidade de Giheung. Seu pai, Hwang Sang-gi, taxista em Dokcho, a duas horas e meia de carro de Seul, se lembra de cada instante do câncer que a devorou por longos meses. Ele se tornou um símbolo. Ainda que, segundo sua expressão, “não fale tão bem quanto os burocratas da Samsung” e mesmo recebendo ameaças e ofertas financeiras para se calar, ele nunca abandonou a luta. Ele quer que o câncer de sua filha seja reconhecido como uma doença profissional não apenas pela administração – o que já aconteceu –, mas também pela Samsung, que continua negando. No caso de Yumi, assim como no de todos que ainda estão morrendo.

A primeira que lhe deu ouvidos foi a advogada Lee Jong-ran. Ela não se cala sobre os danos provocados por esse concentrado de substâncias perigosas. “Os fabricantes dizem que não há nada a temer, mas nenhum quer dar a lista exata dos produtos utilizados, em nome do ‘segredo de fabricação’. E os jovens morrem em segredo.” Com o doutor Kong Jeong-ok e a associação Supporter for the Health and Rights of People in the Semiconductor Industry (Sharps), ela recenseou 154 doentes sofrendo de diversas condições (leucemia, câncer de mama, esclerose múltipla...) desde março de 2012, dos quais 137 são ex-funcionários da Samsung. Para muitos especialistas do grupo, essas doenças profissionais são um segredo conhecido por todos. Foram necessários, no entanto, os vazamentos de gás tóxico em Hwasung, a dez minutos das residências de luxo no entorno de Suwon, para que alguns comesçassem a se preocupar e para que a direção promettesse tomar providências...

Mas quando, depois de meses e meses de procedimentos para que fosse examinado um caso preciso, a agência pública de indenização designada pelas autoridades finalmente entrou em funcionamento, ela convocou um médico... da Samsung.¹²

BOX: Ficha de Identidade

Valores de negócios: R\$ 537 bilhões.

Lucro líquido: R\$ 40 bilhões.

Funcionários: 369 mil pessoas, das quais 40 mil pesquisadores.

Parte das vendas mundiais de celulares: 29% (22% para Apple).

Principais filiais: Samsung Electronics (telefones celulares, semicondutores, telas de LCD, aquecedores solares...), Samsung Heavy Industries (construção naval, plataformas petroleiras), Samsung Techwin (armamento), Samsung Life Insurance (seguros), Everland (parques de diversão), The Shilla Hotels and Resorts, Samsung Medical Center, Samsung Economic Research Institute.

Principais países de atuação fora da Coreia do Sul: China (montagem de telefones celulares), Malásia, Vietnã. Fontes: Relatório oficial da Samsung, IDC Worldwide Mobile Tracker 2012. *Ilustração:* Alves

1 Ler Laurent Carroué, “Les travailleurs coréens à l’assaut du dragon” [Os trabalhadores coreanos no que do dragão], e Jacques Decornoy, “Délicate fin de guerre dans la péninsule de Corée” [Delicado fim de guerra na Península da Coreia], *Le Monde Diplomatique*, respectivamente fev. 1997 e nov. 1994.

2 Benjamin Ferran, “Samsung a dépensé 9 milliards en marketing” [A Samsung gastou 9 bilhões em marketing], *Le Figaro*, Paris, 14 mar. 2013.

3 “Global 2000 companies”, *Forbes*, Nova York, maio 2013. Disponível em: .

4 1.000 won representam cerca de R\$ 1,90.

5 Apenas em coreano.

6 Disponível em Wild Side Video, Paris.

7 Ler a entrevista no site.

8 Cho Don-moon, “A estratégia antissindical da Samsung. História da luta dos trabalhadores pela criação de um sindicato”, estudo (em coreano), 2012.

9 Cf. Jean-Marie Pernot, “Corée du Sud: des luttes syndicales pour la démocratie” [Coreia do Sul: lutas sindicais pela democracia], *Chronique Internationale de L’Ires*, n.135, Paris, mar. 2012.

10 Lee Kyung-hong, *L’empire de la honte* [O império da vergonha], Purn Production, Seul, 2013.

11 A média para os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 56,7%.

12 “South Korean government rejects Samsung victim’s workers compensation based on Samsung doctor’s opinion” [Governo sul-coreano rejeita compensação a trabalhadores vitimados da Samsung baseado na opinião de médico da Samsung], *Sharps*, 31 maio 2013.

MARTINE BULARD é redatora-chefe adjunta de *Le Monde Diplomatique* (França). **Revista LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**, Agosto de 2013.

O Facebook e a máquina de escrever (MARCELO TAS)

MINHA primeira vez na Redação da **Folha** coincidiu com a chegada dos computadores. Até então, o ambiente era dominado pelas máquinas de escrever e pela fumaça dos cigarros. Fui testemunha ocular da rejeição instantânea de alguns colegas à novidade tecnológica.

Uns profetizavam que a chegada das “máquinas silenciosas com monitores parecidos com os de TV” era um sinal do fim do jornalismo. Outros se agarravam nostálgicos às suas Olivettis como náufragos diante de uma boia no convés do

Titanic. Temo que o atual debate "jornalismo convencional x redes sociais", da forma como tem sido conduzido nesta **Folha**, repete o falso dilema "computador x máquina de escrever". A comparação entre ferramentas diferentes, somada à confusão entre ferramenta e usuário, conduz a conclusões distorcidas.

A mudança central que computadores trouxeram ao jornalismo foi conectar os profissionais na Redação e, depois, fora delas. As informações passaram a ser compartilhadas em tempo real, flexibilizando as decisões editoriais e os prazos de fechamento. Era o início tímido da aceleração espantosa que experimentamos hoje na publicação das notícias na era das redes sociais. Já as redes sociais não representam uma mudança de hardware, mas de software. Na história da comunicação, a transmissão da informação sempre foi unidirecional.

Na revolução digital, as redes sociais subverteram esse fluxo. Leitores não querem mais ser só leitores. Querem também publicar, criticar, influenciar. Substitua leitores por telespectadores, ouvintes, empresas, consumidores, alunos, professores, chefes, funcionários, pais, filhos, torcedores, clubes de futebol e sinta o tamanho da encrenca. Depois das manifestações de junho, a **Folha** passou a ser enfática em criticar as redes sociais. Em um editorial, chegou a alertar: "É honesto reconhecer um aspecto corporativo nessas críticas".

Não questiono a legitimidade das críticas, mesmo corporativas, e até concordo com algumas delas. O equívoco é como se fundamentam: na tentativa inglória de separação asséptica entre "jornalismo convencional" e redes sociais. Sérgio Dávila, em "Cidadão Face", coloca de um lado a "imprensa profissional" e do outro, a geração Movimento Passe Livre, que ele condena pelo uso do Facebook. Na mesma coluna em que critica a **Folha** por "comer poeira" por não levar a sério denúncias surgidas na rede, a ombudsman pisa no mesmo tomate. Suzana Singer decreta que "no momento, blogs e redes sociais não têm capacidade para tomar o lugar da mídia convencional."

Ora, blogs e redes sociais são apenas ferramentas, sem vida própria. Podem ser usadas bem ou mal, por profissionais ou amadores. Ao que me consta, esta **Folha** tem blogs e está nas redes sociais. Resta a pergunta: qual o significado, em 2013, da expressão "mídia convencional"?

Não é mera questão semântica. Quem pensa fazer parte da "mídia convencional" parece ainda acreditar na existência de um "leitor convencional". Mesmo contra a vontade, a mídia antiga já foi empurrada para a revolução digital pelos seus próprios usuários. É hora de nos desapegarmos dos falsos dilemas e reinventarmos o jornalismo.

MARCELO TAS, 53, é jornalista e apresentador de TV. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Maratona do Rio (DRAUZIO VARELLA)

Pela primeira vez, corri a maratona do Rio de Janeiro. Na concentração que a antecede, um corredor me alertou com a isenção habitual dos cariocas quando se referem à cidade: - Doutor, você vai correr a maratona mais bonita do mundo. Na noite anterior, Gabriel, meu enteado, decidira ir junto para correr os primeiros 21 quilômetros, mesmo estando destreinado.

No meio dos corredores à espera da partida, todas as vezes sinto um misto de excitação e medo. Terei forças e sabedoria para completar os 42 quilômetros? Maratonas exigem planejamento racional: a cada instante é preciso auscultar o corpo, avaliar o cansaço e calcular a velocidade em função da distância que falta percorrer. Depois de uma volta rápida pelas ruas do Recreio, a massa de camisetas coloridas chegou à avenida que beira o mar. Ao longe, o morro Dois Irmãos e a pedra da Gávea, imponentes, indiferentes às limitações da condição humana. Já alto, o sol batia de frente.

No começo da prova, é fácil identificar os principiantes: são animados, puxam conversa, dão pulos e gritos de alegria. Em contraste, os mais experientes vão calados, concentrados em cada passada. Nessas horas, os pensamentos são fragmentados, surgem do nada, para em segundos dar lugar a outros, tão irrelevantes quanto os que substituíram e quanto os que virão em seguida. Alguns não passam de palavras de ordem que reverberam na cabeça, repetitivas como mantras. Talvez seja esse o encantamento maior das corridas longas: uma espécie de meditação transcendental em que o cérebro passa a funcionar em modo letárgico, atento apenas aos reclamos do corpo, condição inatingível no estado sedentário.

Os quilômetros se sucedem. Meus mamilos, que esqueci de proteger com esparadrapo, começam a arder. Os prédios à esquerda, os coqueiros, a praia da Barra e o azul que se perde no horizonte, com os Dois Irmãos e a pedra da Gávea sempre no mesmo lugar. Já havíamos corrido 15 quilômetros e eles lá, mastodônticos, só para dar a impressão de que estamos parados. Quando atingimos o quilômetro 18, Gabriel virou-se para mim: "Vai embora, estou muito cansado". Respondi que não tinha pressa, e reduzimos a velocidade. No quilômetro 20, ele lamentou: "Não chega nunca mais".

O marco do quilômetro 21 foi um alívio para ele, que saiu da pista com um ar de felicidade dos tempos de criança. Para mim, nem tanto, estava apenas na metade do martírio. Ver a Pedra da Gávea desaparecer por trás dos Dois Irmãos foi um alento. Saber que a paisagem mudaria deu ânimo para enfrentar a subida do Joá, nem tão íngreme, mas longa. Na descida junto ao Morro do Vidigal, vem em sentido contrário um grupo de rapazes. Um deles, de bermuda, sem camisa, cordão de ouro no pescoço, latinha de cerveja na mão, reclama:

- Vocês aí na moleza da descida, enquanto eu, aqui, sofrendo nessa subida. Depois de percorrer 30 quilômetros, a maratona chega ao Leblon, com o calçadão lotado de gente em movimento. Na plateia, ouvi o chamado de minha mulher. Um beijo na boca mesmo de passagem, numa hora dessas, revitaliza mais do que glicose na veia. Aí começa a fase mais dura da corrida. Há que percorrer o Leblon e Ipanema, para depois correr Copacabana inteira. É preciso ser de ferro para

não sentar num daqueles quiosques à beira-mar no meio de gente bonita, pedir um chope e mandar a maratona para o inferno ou para mais longe.

Ao chegar à praia de Botafogo, com o Pão de Açúcar e os barcos na enseada, minhas pernas já não me pertencem, meus mamilos sangram, o corpo é um fardo torturante. A fisionomia de meus companheiros de infortúnio é lamentável. A praia faz uma curva sem fim, que eu nunca notara ao passar de carro. Fico com ódio dela, dos barquinhos, do Pão de Açúcar, do sol, da areia e do maldito bondinho. Quando entramos no Aterro do Flamengo, senti que a estratégia havia dado certo: apesar dos 33 graus, terminaria a prova num tempo razoável.

Mal atravessei a linha de chegada, fui invadido por uma sensação de paz celestial, senti um tuim nos ouvidos igual a barato de droga, com vista para o Cristo Redentor. Caminhei de volta para pegar um táxi. O Pão de Açúcar continuava lá, com o bondinho e os barcos. O rapaz tinha toda razão, foi a maratona mais bonita que já corri.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

